

9 771980 315002

00207

América Latina confronta suas experiências na Educação

Aumentar investimentos no setor público e ampliar o controle do sistema privado para inibir o mercantilismo são algumas das metas resultantes do encontro de Organizações Sindicais ocorrido no Brasil



**Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA**
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente: **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
2º Vice-Presidente: **Marilda da Cruz Fernandes**
1º Secretário: **Ricardo Francalacci Savaris**
2º Secretário: **Paulo Machado Mors**
3º Secretário: **Luciano Casagrande**
1º Tesoureiro: **Vanderlei Carraro**
2º Tesoureiro: **Edson Lindner**
3º Tesoureiro: **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 2.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo
Ana Boff de Godoy - DEIS/Ufcspa
Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs
Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA
Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs
Flávio Porcello - Departamento de Comunicação/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**
Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer e Patrícia Comunello**
Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**
Diagramação: **André Lacasi**

Produção



SUMÁRIO

REPORTAGEM

Sindicalistas apontam soluções para a Educação Superior na América Latina e Caribe
por Araldo Neto

04

CARREIRA

CPPDs sob pressão aceleram mudanças e adotam consulta às bases
por Patrícia Comunello

HISTÓRIA

Engenheiros celebram 50 anos de formatura
por Araldo Neto

12

SAÚDE

Projeto Contação de Histórias da Ufcspa completa cinco anos
por Ana Esteves

EM FOCO

ESEF articula pesquisa e extensão a serviço da comunidade
por Marco Aurélio Weissheimer

20

ESPECIAL

Uruguai apresenta o melhor índice de paz da América Latina
por Araldo Neto

CULTURA

Porto Alegre sedia conferência da Sociedade Internacional de Educação Musical
por Patrícia Comunello

24

VIDA NO CAMPUS

Programa de revitalização do Dilúvio está em coma
por Ana Esteves

PING-PONG

“Obsessão por normas e controles transforma universidades num inferno”
por Marco Aurélio Weissheimer

30

JURÍDICO

Devolução de valores ocorrida na folha de aposentados da Ufrgs em abril de 2014 poderá ser questionada em juizo
por Francis Borbas

ARTIGO

Ao IFRS, com respeito
Cláudia Schiedeck Soares de Souza,
reitora do IFRS

34

EDITORIAL

A Adufrgs-Sindical e o seu compromisso como Sindicato

As finalidades da Adufrgs-Sindical na condição de sindicato estão escrituradas no artigo 3º do seu estatuto. E dentro dos princípios determinados estatutariamente, temos buscado o diálogo com entidades congêneres, a exemplo do que fizemos no final do mês de abril, quando apoiamos e participamos da organização do encontro de entidades sindicais da América Latina e Caribe, cuja cobertura é o tema principal desta edição. O compromisso em defender a autonomia universitária nos fez abordar este tema em duas matérias, a primeira sobre a autonomia das CPPDs e a segunda, em entrevista com o ex-reitor da Universidade de Lisboa, professor António Sampaio de Nôvoa, que virá a Porto Alegre em junho, a convite da Adufrgs-Sindical, para uma palestra com a comunidade. O comprometimento com os problemas sociais levou à edição das matérias sobre a revitalização do Arroio Dilúvio; a interação da Escola de Educação Física da Ufrgs com a sociedade, através de seus projetos de extensão; e o índice de paz mundial.

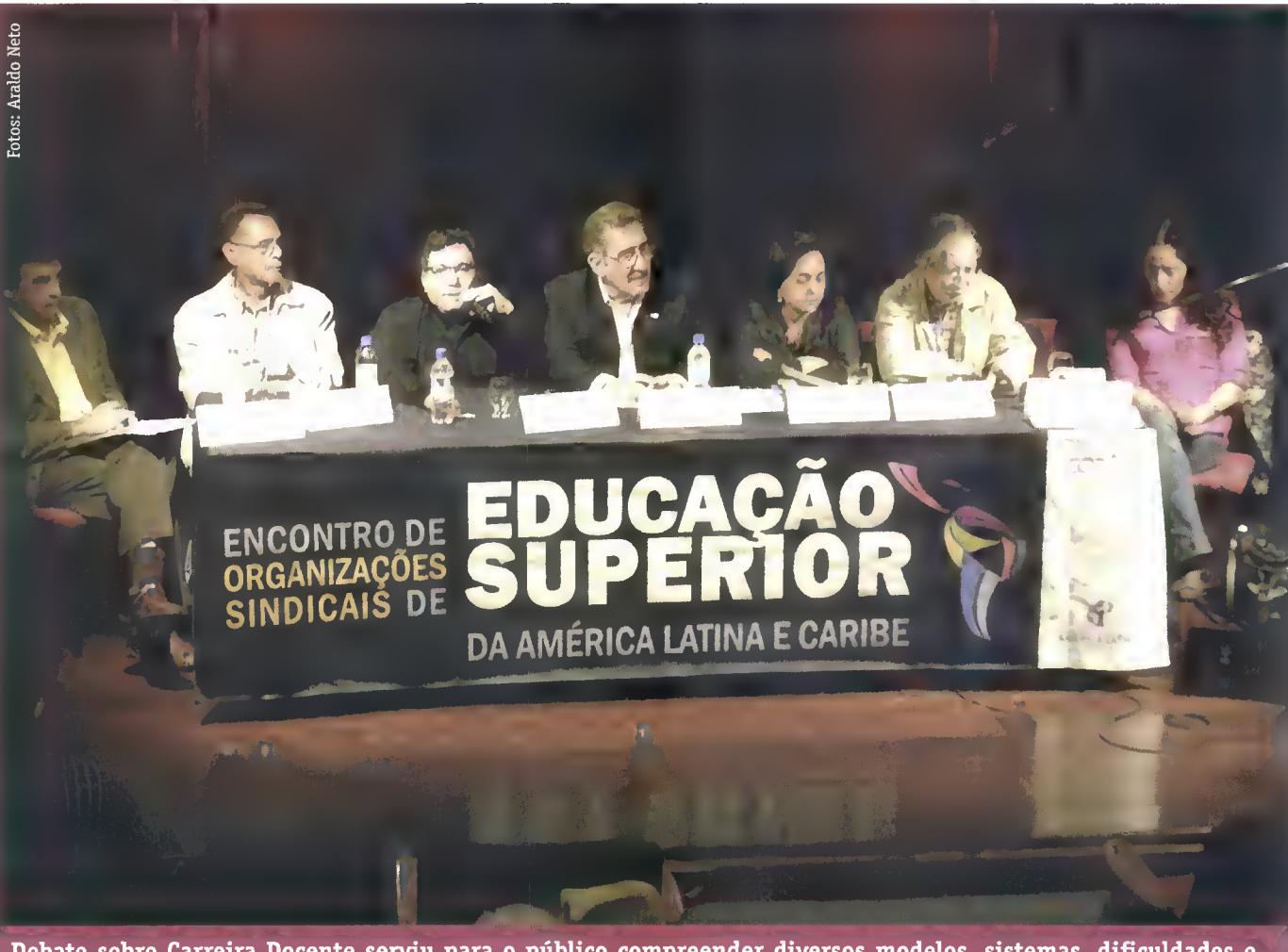
A razão primordial da existência da Adufrgs como sindicato é a de representar e defender os direitos e interesses de seus associados, tanto nas negociações com o governo sobre os reajustes salariais e reestruturação da carreira, quanto no enfrentamento dos problemas gerais da vida universitária, da comunidade e suas condições de trabalho. Como tal, somos o ouvidor das dificuldades enfrentadas pelo professor, como a falta de estrutura física ou acadêmica para o adequado exercício de sua atividade profissional no ensino, na pesquisa e na extensão; problemas de saúde causados pela excessiva carga de horas-aula, a insegurança e o assédio moral. A estas, somam-se as dificuldades enfrentadas pelos professores que ocupam cargos de gestão, cujas responsabilidades também devem ser cumpridas sem as garantias de condições para o exercício eficaz de seu trabalho, com graves consequências para a execução do projeto de expansão das instituições federais.

Para enfrentarmos estas situações, temos buscado a solução – primeiramente pela mobilização, através da informação, da conscientização, do diálogo –, criando as condições para uma negociação que conduza aos avanços requeridos para que tenhamos cada vez melhores condições de trabalho. Por isto, e para isto, temos o compromisso de dar voz aos professores, o que temos cumprido através da revista *Adverso*.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

Sindicalistas apontam soluções para a Educação Superior na América Latina e Caribe

por Araldo Neto



Debate sobre Carreira Docente serviu para o público compreender diversos modelos, sistemas, dificuldades e formas para resolver os problemas relacionados ao tema

Carreira docente e o reconhecimento dos diplomas universitários nos países latinos foram alguns dos temas debatidos durante o Encontro de Organizações Sindicais de Educação Superior da América Latina e Caribe, realizado recentemente em Porto Alegre, reunindo representantes de sindicatos de professores de instituições superiores estaduais e privadas e professores de universidades e institutos federais de todo o Brasil com representantes dos sindicatos do Chile, Argentina, Colômbia, México e República Dominicana. Algumas das metas defendidas durante o evento sindical foram

a ampliação de verbas para a educação pública e um controle maior sobre o setor privado de ensino. Promovido pela Internacional da Educação na América Latina (IEAL), em parceria com o Proifes-Federação, Contee e CNTE, o evento ocorrido no final de abril foi elemento importante para a consolidação do movimento docente nos países latinoamericanos e também para a discussão dos problemas da Educação Superior na região.

Durante a abertura do Encontro, quando foi debatida a integração das universidades na América Latina, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(Ufrgs), Carlos Alexandre Netto, palestrou sobre a experiência da Asociación de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), da qual a Ufrgs participa junto com mais 29 instituições de ensino sul-americanas. Criada no início dos anos de 1990, a associação participa ativamente de diferentes atividades de mobilidade acadêmica e de pesquisa, com objetivo de contribuir para o fortalecimento e a consolidação da Educação Superior na região, bem como da investigação científica e tecnológica.

Netto lembrou que antes da criação da AUGM, as universidades brasileiras estavam muito mais voltadas para as instituições da Europa e dos Estados Unidos. Nas duas últimas décadas, porém, a integração com as universidades dos países vizinhos cresceu bastante, gerando ganhos para todas as instituições de Ensino Superior envolvidas. Para o reitor da Ufrgs, contudo, é necessário avançar. "Não basta trocar centenas de estudantes e algumas dezenas de professores. Precisamos fazer algo de mais impacto, que realmente traga algum efeito para a nossa sociedade. Temos que lutar pela criação de um espaço latinoamericano do conhecimento", disse Netto.

Segundo o reitor, as universidades brasileiras podem descobrir parceiros preferenciais na América do Sul. "Não precisamos atravessar o Equador para encontrar qualidade, conhecimento e parceiros. Vamos trabalhar em conjunto porque nós, docentes, temos a capacidade, o desafio e o poder de fazer, através da integração das instituições universitárias, a real integração do povo latinoamericano e construir uma sociedade melhor, que no fim das contas é aquilo que a gente deseja", frisou.

Já o debate sobre Carreira Docente serviu para o público compreender diversos modelos, sistemas, dificuldades e formas para resolver os problemas relacionados ao tema nos países da América Latina e Caribe. Os trabalhos foram abertos por uma palestra do diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), Marcos Fuhr, que falou sobre o documento Planos de Carreira Docente: Questão Estratégica do Ensino Superior Privado. Segundo Fuhr, a implementação de planos de carreira na rede privada de Ensino Superior é uma expectativa dos docentes e uma reivindicação histórica das entidades representativas. O dirigente, no entanto, não acredita na viabilidade de um plano de carreira único no âmbito do setor privado. Para ele, é fundamental a participação dos docentes na elaboração dos planos de carreira das instituições através de suas entidades sindicais.

Na sequência, a representante da Federación Nacional de Docentes Universitarios da Argentina (Conadu),

Yamile Socolovsky, relatou a situação da carreira dos professores universitários naquele país. Segundo ela, muitos docentes trabalham com contratos temporários, o que os impede de participar das discussões internas das universidades e de desenvolver pesquisas. Além disso, sob o argumento da autonomia universitária, não existe carreira única na Argentina, fato que resulta em professores com salários e condições distintas de trabalho. Yamile destacou que a defesa de uma carreira única faz parte da luta histórica da categoria, além da busca pela implementação de concursos para cargos efetivos. Em solo argentino, 68% dos professores universitários têm dedicação simples, de 10h semanais apenas.

Fechando a mesa sobre o tema, o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, explicou o funcionamento das carreiras do magistério público federal no Brasil, definidas como Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em sua apresentação, Rolim elencou os avanços obtidos pela categoria nos últimos anos desde a criação do Proifes-Federação.

Financiamento do ensino

A segunda mesa do evento debateu a questão do financiamento e da regulação da Educação Superior



Rolim elencou os avanços obtidos pela categoria nos últimos anos, desde a criação do Proifes-Federação

nos países da América Latina. A coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (ConTEE), Madalena Guasco Peixoto, abordou o tema na educação privada, destacando questões como o processo de mercantilização, a atual formação de oligopólios no setor e o risco à soberania. Ela criticou duramente a falta de leis que barrem a desnacionalização da Educação Superior privada. "Além dos riscos que traz para a nossa sociedade, a desnacionalização muda o perfil da Educação Superior por dentro. Existe uma nova forma de administração, que é ligada aos interesses dos acionistas que buscam maior liquidez e maior valorização das ações negociadas no mercado", afirmou. A sindicalista destacou que é necessário haver um controle maior por parte do governo federal sobre os programas de financiamento de estudo Prouni e Fies, que são responsáveis por grande parte dos recursos das instituições de Educação Superior privada.

O assunto também foi abordado pela presidente da União Nacional dos Estudantes (Une), Virgínia Barros, que defendeu o aprimoramento dos programas do governo federal que incentivam o acesso à Educação Superior. Para Virgínia, Prouni e Fies têm cumprido um

papel essencial para inserir uma parcela da sociedade, a quem o Ensino Superior sempre foi negado. Porém, é preciso discutir o retorno que as instituições privadas precisam dar para aderirem aos programas. "O mínimo que precisamos exigir dessas instituições é uma educação de qualidade", afirma. Segundo Virgínia, os estudantes de algumas instituições privadas têm sofrendo um completo rebaixamento da qualidade de ensino. Como exemplo, a presidente da Une citou a demissão de mais de mil professores com mestrado e doutorado nas Faculdades Anhanguera, somente em São Paulo.

Após a abordagem sobre o setor privado, o diretor de relações internacionais do Proifes-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo, tratou do financiamento no setor público, apresentando estudo detalhado do investimento feito pelo governo nos últimos dez anos. Ele abordou também as metas para a próxima década, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE). Gil Vicente ressaltou ainda os avanços obtidos pela categoria dos professores do Ensino Superior público e também projetou novos investimentos para a educação através de outras fontes de captação de recursos, como a elevação dos royalties sobre a exploração mineral, por exemplo.

Fechando o debate sobre financiamento e regulação da Educação Superior nos países da América Latina, o diretor da Federación Nacional de Asociaciones de Académicos de Universidades Estatales de Chile (FAUS-CH), Iván Pinilla, lembrou que no país andino foram os protestos estudantis que colocaram o tema educação em visibilidade nacional. Ele afirmou que a universidade pública no Chile, assim como na América Latina, está sendo ameaçada pelo setor privado, e que é necessário "ficar atentos a toda e qualquer mudança nas regras de financiamento da educação pública".

Formação dos professores

A terceira mesa do evento debateu O Papel das Universidades na Formação de Professores. A secretária de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Juçara Dutra Vieira, foi a primeira a falar sobre o tema. Para ela, a universidade deve refletir questões emergentes na educação, como a inclusão. "Para o aluno com deficiência, é mais difícil de ser inserido, porque também tem a dificuldade formativa dos nossos professores e dos apoios que necessita", opinou. Segundo Juçara, a escola está descompassada em relação à geração que a frequenta. "Eu acho que a universidade tem sua responsabilidade e seu compromisso de formar os profissionais da educação, lembrando que tem um planeta escola que é onde ele vai aterrissar no final do seu curso", ilustra.



Para a secretária de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Juçara Dutra Vieira, a universidade deve refletir questões emergentes, como a inclusão na Educação

Também colaborou com o painel a coordenadora-geral da ConTEE, Madalena Guasco Peixoto. Segundo a dirigente, a licenciatura brasileira vive uma crise, que pode ser constatada pela diminuição da procura nas disciplinas de formação de professores. "Os cursos de licenciatura das universidades estão tendo menos alunos, principalmente nas áreas de Matemática e Ciências Naturais", revela. Madalena afirmou ainda que, durante o neoliberalismo no Brasil, os docentes sofreram uma desvalorização que não se deu só no campo salarial, mas também naquilo que havia se conquistado na década de 1980, que foi um período de grande debate sobre a formação crítica e sólida de professores. "Isso desvaloriza o docente como profissional e enquanto trabalhador", disse. A sindicalista concluiu sua apresentação afirmando que é necessário discutir o papel da licenciatura, e que a universidade precisa fazer mais para melhorar a educação básica, já que tem responsabilidade social neste aspecto.

O debate sobre o reconhecimento dos diplomas universitários nos países latinoamericanos foi o último tema discutido no Encontro. O professor da UFRGS e diretor de Avaliação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes), Lívio Amaral, falou sobre a expansão da pós-graduação nas universidades públicas do Brasil, que obteve crescimento de 418% na última década, em relação ao número de bolsas de estudo. Amaral informou ainda que os cursos de pós-graduação no Brasil aumentaram 23%, em três anos, sendo que 40% deste volume foi na região Norte e 11% na região Sudeste. De acordo com o diretor da Capes, o dado é relevante porque mostra uma reversão no quadro de atraso na região Norte, permitindo assim uma redução de desigualdade.

A reitora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Cláudia Schiedeck Soares de Souza, falou sobre temas como a necessidade de qualificação dos docentes, a progressão na carreira, a valorização profissional e as vagas existentes na graduação e na pós-graduação. "Temos uma disputa acirrada nas vagas que são ofertadas. Temos oferta, mas não o suficiente para suprir a nossa demanda", ilustrou. Cláudia citou o programa Ciências sem Fronteiras como um projeto de aproximação das universidades, que deve facilitar o reconhecimento dos diplomas. Durante sua apresentação, a reitora apontou alguns desafios a serem perseguidos, tais como superar a burocracia sem perder o olhar da qualidade, e ainda estabelecer fluxos únicos e potencializar programas e projetos do governo federal, para ampliar as parcerias. "Temos de estudar como

as nossas instituições podem atuar conjuntamente e em benefício da sociedade", analisou. Cláudia Schiedeck afirmou ainda que é necessário criar mecanismos que possam estabelecer protocolos. "Devemos olhar para a educação como um bem público", concluiu.

Fechando o painel, o professor da Universidade Autônoma do México (Unam), Juan Arancibia, expôs seu ponto de vista sobre a questão do reconhecimento dos diplomas universitários nos países da América Latina. Para ele, a questão da qualidade do ensino, sobre a qual se fala como se houvesse um conceito único do que significa, deveria ser revista. O mexicano apontou situações pontuais de alguns profissionais para defender sua tese. "O tema qualidade pode ser controvérsio, especialmente nas Ciências Sociais", afirmou. Arancibia questionou também a valorização exagerada dos diplomas de mestrado e doutorado. Sem esses títulos, o profissional fica em desvantagem na hora de concorrer a uma vaga de emprego ou concurso público. Arancibia defendeu ainda a necessidade de se valorizar a docência, e não apenas a pesquisa, e colocou como questões mais importantes a formação, as condições de trabalho, os salários e a saúde dos professores. Segundo ele, está havendo uma inversão, quando se valoriza os resultados e não um conjunto de condições que tornaria possível uma boa formação. Na opinião do professor mexicano, é necessário que as universidades latino-americanas tenham acordos fáceis e rápidos para reconhecimento de títulos. "Estamos em um mundo onde se supõe que a mobilidade laboral deveria ocorrer. Porém, a única coisa que se move com fluidez são capitais e mercadorias", criticou.

Ao final do encontro, os representantes das entidades participantes expuseram suas considerações sobre o evento na plenária de organização sindical. Aumentar os investimentos no Ensino Superior público, ampliar o controle do sistema privado como forma de inibir o mercantilismo na educação, buscar qualidade do ensino e a valorização da docência foram consideradas as principais metas colocadas pela organização. Na avaliação do presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim, o evento trouxe para o debate assuntos que nem sempre são discutidos pelo movimento sindical. Rolim destacou a importância do encontro para o fim de confrontar experiências do Brasil e dos países vizinhos. "Os brasileiros têm muito a oferecer para os companheiros da América Latina, devido ao momento de avanço econômico e construção política. Em contrapartida, temos muito que aprender com os países vizinhos – há universidades na Argentina, por exemplo, que têm quase o mesmo tempo de vida do Brasil." 

CPPDs sob pressão aceleram mudanças e adotam consulta às bases

por Patrícia Comunello



Da esquerda para a direita: Aline Corrêa de Souza, Taís Maria Nauderer, Aline Alves Veleda, Ana Amélia Antunes Lima e Lisia Helena Weis Pelegrini, professoras do Departamento de Enfermagem da Ufcspa, discutem propostas na consulta da CPPD

Mudanças na carreira do Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) colocaram as Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPDs) no olho do furacão. Depois de um ano da regulamentação da Lei 12.772, que reestruturou o setor, estas comissões enfrentam o primeiro teste da aplicação das normas. A temporada é de definição de novos critérios para avanços e promoções dentro de cada instituição e para entender o emaranhado de portarias e notas técnicas que passaram a orientar a execução da legislação. Resultado: as CPPDs passaram a ser mais exigidas, e os docentes terão, daqui para frente, que conhecer e lidar de forma mais ativa com seus direitos e requisitos para acessá-los.

Na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa), o caminho trilhado pela CPPD foi o

de abrir um canal para a comunidade docente opinar sobre a proposta de mudanças. A consulta que ocorreu no início de maio aqueceu o debate e emergiu como novidade e fonte de expectativas da categoria. A comissão que atende aos 12 campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) acelera o processo interno para formatar os parâmetros do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), além de tratar da progressão para classe de Titular, alvo de grupo de trabalho (GT) exclusivo sobre o tema.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), alterações que atingem professores com carreira anterior em outra instituição federal de Ensino Superior (Ifes), e que ingressam por meio de concurso, apontam para perda de vantagens e se credenciam a ser fonte de

queixas, anteveem integrantes da CPPD. A divergência é verificada entre as instâncias da Universidade, e colocou as diretorias da Adufrgs-Sindical e do Proifes-Federação em campo. O impasse foi remetido para uma solução em Brasília, no Ministério da Educação (MEC).

Trabalho sem direito a intervalo. Este foi o ritmo entre janeiro e abril na CPPD da Ufcspa. Para isso, titulares e suplentes foram envolvidos, o que atendeu, segundo a presidente da comissão, Luciana Boose Pinheiro, a um acordo firmado com a Reitoria no ano passado, na retomada dos trabalhos do órgão. Luciana explica que ela e os colegas se dedicaram a discutir procedimentos para atualizar as normas internas após “limpar a prateleira”. No fim de 2013, o estoque de processos de progressão, promoção e exame de relatórios e planos de estágios probatórios foi zerado. O foco passou a ser, então, a adaptação e definição de ritos para se adequar à Lei 12.772 e suas portarias (554 e 982).

O lema foi enxugar processos, e tornar mais objetivo e simples o acesso dos docentes na hora de cumprir exigências – desde produção de relatórios, envio de documentos e montagem de um banco de dados e informações mais atualizado. “O processo tem de ser eficiente para as necessidades do corpo docente da Ufcspa”, destaca a presidente da CPPD. Um dos trunfos da proposta, que precisará do aval da Reitoria e depois da palavra final dos conselhos superiores da Instituição, é padronizar o encaminhamento de relatórios e demais informações nos casos de estágio probatório. “Não havia formulário ou orientação de como fazer o plano de trabalho. Agora estamos propondo cinco anexos, cada um sobre um tema da norma”, esclarece Luciana. Exemplo da nova rotina são documentos que já trazem fluxograma da atividade e formulários que podem ser salvos no computador do docente para serem preenchidos e atualizados, para depois serem protocolados no processo para exame da comissão.

“O que importa para a CPPD é saber o que o professor tem feito. Não nos interessa saber o que tem dentro de um plano de ensino com oito páginas, mas sim saber se o docente é regente ou como é a carga horária das suas disciplinas”, exemplifica a presidente da comissão da Ufcspa. “A proposta de norma está didática e qualifica os procedimentos e as informações por meio de formulários.” Além disso, o esforço da comissão aponta para uma maior organização e digitalização de processos, com suas certificações e documentos, para apoiar outras áreas da Instituição. “O docente tem de cumprir quase uma via-sacra para juntar papéis que comprovem as atividades por falta de um sistema informatizado”, justifica Luciana, adiantando que a meta ao longo do tempo é de instaurar a digitalização de todos os componentes do processo.

Consulta online

A maior empreitada do grupo na Ufcspa foi ampliar, para não deixar nada significativo de fora, os itens que podem contar para fins de progressão e promoção. “Fizemos uma varredura sobre todas as atividades que os professores podem realizar no ensino, na pesquisa, na extensão e nas funções da administração”, destaca Luciana Pinheiro. E para garantir que outras possibilidades não fossem esquecidas, a comunidade docente pôde também opinar. Uma das inovações do processo foi a consulta virtual. A Reitoria autorizou a realização do procedimento no ambiente eletrônico da própria Universidade. O espaço, que gerou um grande fórum online de debate, ficou ativo entre os dias 9 e 12 de maio. “Acolhemos todas as contribuições que se ajustaram à legislação”, ressalta a presidente da CPPD.

No Departamento de Enfermagem, as colegas Aline Corrêa de Souza, Taís Maria Nauderer, Aline Alves Veleda, Ana Amélia Antunes Lima e Lisia Helena Weis Pelegrini encararam a oportunidade. Taís mobilizou o setor para acessar a página na internet, de ingresso restrito, e enviar a dica para inclusão da tutoria da residência multiprofissional no rol de itens de pontuação. “Muitos enviaram a proposta, o que vai pesar e mostrar que as pessoas estão atentas”, acredita Taís. Lisia, do núcleo de Saúde Coletiva, participou dos testes do instrumento da consulta. “Abrir a discussão para que a comunidade acadêmica opine e lute pelos seus direitos é uma iniciativa democrática da Instituição”, elogia a docente, lembrando que a pontuação, em alguns casos, não ficou coerente com as atividades. “Algumas ficaram mais valorizadas e outras não foram incluídas, caso da tutoria de residência”, exemplifica.

A desproporção no peso atingiria orientações de iniciação científica, TCC, mestrado e doutorado. “A pontuação ficou diferente, sendo que mestrado e doutorado ficaram com pontos abaixo das demais.” Para Aline Corrêa de Souza, a padronização de formulários também é muito importante. “Hoje, cada departamento faz de um jeito”, destaca. Ana Amélia acompanhou as discussões, mas não enviou sugestões. “Abrir este canal é muito importante. Traz olhares diferenciados e ajuda a contribuir para melhoria de documentos que vão balizar a nossa vida funcional”, aponta Ana, citando que o processo de consulta alertou sobre direitos.

O impacto para a carreira profissional e a vida pessoal é fator suficiente para se inserir na consulta, opina Aline Alves Veleda, docente da área materno-infantil. “A minha preocupação é com o estímulo à produtividade, exigida pelas instituições e nem sempre vinculada a um comprometimento social e, principalmente, a

uma qualidade e cuidado se o que se está se estudando reverterá em compromisso social", ressalta Aline, que defende maior atenção à extensão na escala da carreira. O quinteto é unânime em achar que os quatro dias de fórum foram insuficientes para o tamanho do debate e efeito das medidas. O grupo sugere que, além da consulta virtual, promova-se plenária presencial para depurar a discussão e as propostas mais importantes e mesmo os conceitos do padrão de produção.

Terminada esta fase, a comissão deve finalizar o documento e protocolá-lo na Reitoria, que o submeterá ao exame dos conselhos superiores. "A administração deve fazer suas contribuições para levar aos conselhos, esperamos que a proposta seja acolhida", aponta a presidente da CPPD da Ufcspa. Luciana explica que, devido ao procedimento de formulação das mudanças para a carreira, a comissão teve de interromper o exame de novos processos. O trabalho será retomado logo que as regras forem aprovadas. A expectativa é de que até fim de junho tudo esteja sancionado e pronto para ser aplicado. Até o início de maio, cerca de 100 pedidos haviam chegado à CPPD da Ufcspa. Trocas de regime de carga horária não serão prejudicadas, pois só serão encaminhadas à Reitoria na metade do ano, assegura Luciana.

Ufrgs enfrenta dúvidas

Depois de colocar em dia os processos, a CPPD da Ufrgs tenta destrinchar novas regulações, que geram mais dúvidas – e até diferenças de interpretação – do que certezas. A presidente da comissão, Vera Catarina Castiglia Portella, desde janeiro no posto, quando o órgão sofreu renovação, cita o caso da regra que atinge professor que veio em vacância (de outra Ifes, por meio de aprovação em concurso) para atuar na Ufrgs, após 1º de março de 2013. A expectativa era de carregar para a nova instituição o nível salarial e status do contrato anterior. "Eles pensavam em vir para cá trazendo a posição da outra universidade, mas a interpretação da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) da Ufrgs considera que isso não é mais possível", informa Vera. Ela cita que o Departamento de Química tem a maior demanda nesta área, e que um processo chegou a ser remetido ao MEC pela Progesp diante do impasse.

Vera lembra que dirigentes de entidades, como a como a presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, e o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, estiveram na comissão defendendo a manutenção do sistema anterior da promoção acelerada. "Houve muitas mudanças com a nova lei e surgiram notas técnicas alterando a situação até para

quem estava inserido antes da legislação", ressalta a presidente da CPPD. Ela aponta que nessas alterações a promoção acelerada passa a valer para quem já estava na Ufrgs ou em outra instituição, e não saiu, ou estava terminando doutorado ou outro curso em estágio probatório. "É o caso de um Assistente que termina o doutorado e adquire progressão para Adjunto mesmo em estágio probatório. Mas isso só vale para docente que já estava na Ufrgs e antes de 1º de março", avverte Vera.

"Muitos que chegam na Universidade consideram que, se eram professores do MS em outro local e acabaram vindo para a Ufrgs, mantêm o direito", descreve a presidente da CPPD, que já tem sua leitura sobre o que o governo federal passou a considerar. O raciocínio oficial é que esses professores estavam em outra carreira na instituição anterior e começaram uma nova na Ufrgs. "Para um jovem, recém-ingressado na Universidade, isso não muda nada. Mas para quem tem uma história anterior muda muito: é como se voltasse ao primeiro nível."

A Adufrgs-Sindical entende que o professor conserva a promoção. "A CPPD inteira compreendia que o docente teria direito à promoção por estar no MS, mas a Progesp entende o contrário", confronta a presidente da comissão. "Temos mais de 100 casos nessa situação, à espera de uma definição." A Progesp remeteu pelo menos um processo para obter esclarecimento e orientação do MEC. E o retorno pode frustrar muitos que estão na fila da CPPD. "Se valer a visão da Progesp, o professor entrará no primeiro nível da carreira e receberá apenas a retribuição pela titulação", avisa a dirigente da comissão. Para Vera, se ficar valendo essa interpretação, a maioria dos docentes vai pensar muito antes de trocar de casa – neste caso de universidade. E quem perderá será a Ufrgs. A chegada de professores mais experientes e com sua produção é um fator de elevação da qualidade da Instituição, ressalta a presidente da CPPD.

Outra alteração é a da data que passa a contar a retribuição por titulação. Agora vale a publicação da portaria do reitor reconhecendo o direito, não a da defesa da titulação ou da homologação do título pela CPPD. Também estão indefinidas normatizações pela Ufrgs da promoção a titular, por quem está na classe de Associado, e para a carreira do Ensino Básico (que atinge o Colégio Aplicação). Nos procedimentos de análise, Vera esclarece que foram atualizadas normas como banco de disciplinas (práticas) e atividades de extensão e como registrar. "Agora também todos os membros da CPPD examinam cada processo."



Presidente da CPPD da Ufrgs, Vera Catarina Castiglia Portella enfrenta normas que podem reduzir vantagens

RSC até a metade do ano

O quadro do IFRS está ansioso para ver em prática o RSC, que poderá proporcionar avanços e melhoria nos vencimentos, mesmo para quem não possui titulação. O sistema, instrumento resultante de acordo da categoria com o governo federal para gerar incentivo à qualificação, depende de definição da regulamentação a partir das linhas gerais definidas pelo Conselho Permanente do RSC. A CPPD do IFRS, que reúne representantes dos 12 campi, recebeu prazo de 30 dias do Conselho Superior (Consup), a partir de 10 de maio, para elaborar proposta sobre o tema. O prazo poderá ser ampliado diante da complexidade do processo. O presidente da CPPD, Ângelo Medeiros de Oliveira, explicou que um dos desafios é especificar as atividades que poderão ser consideradas para os três níveis de RSC: 1 (equivalente a quem tem especialização), 2 (mestrado) e 3 (doutorado). Oliveira adianta que a comissão buscará modelos que começam a ser implementados em outras instituições do EBTT. "Buscaremos a ideia e depois vamos adaptar às nossas condições", esclarece o presidente da CPPD.

Também está definido que será feita uma consulta sobre a plataforma à comunidade docente dos campi. "Temos autonomia para definir as pontuações", cita Oliveira. Pronto o cardápio do RSC, a proposta vai à Reitoria e conselhos, e terá depois de ser submetida ao MEC. Resolução que disciplina os parâmetros foi emitida no começo deste

ano. "Este tema é urgente, há muita expectativa de docentes com mais tempo de instituição e prestes a se aposentar que serão beneficiados", justifica o presidente da comissão. A meta é ter a minuta das regras até 1º de julho. Outra tarefa em andamento na CPPD do IFRS é a definição de regras para afastamento para capacitação. Para o começo de junho, está prevista a plenária na sede da Reitoria, em Bento Gonçalves, com representantes do quadro para fechar a proposta. Os professores puderam opinar em consulta pela internet.

A aplicação da progressão à classe de Titular, que foi incluída na carreira do EBTT pela lei 12.772 e regulamentada pela Portaria 982/2013, do MEC, é tratada por um GT específico. Um dos integrantes do Grupo de Trabalho, Clúvio Bueno Soares Terceiro, destaca que um conjunto de sugestões para aplicar o processo dentro do IFRS foi acatado pelo GT. Nas ações, estão banca com quatro docentes e avaliação de desempenho de acordo com os parâmetros da promoção/progressão das demais classes/níveis. "Se a classe é integrante da carreira, não há necessidade de se criar uma análise diferente, assim como seria incoerente avaliar o que já foi avaliado", justifica o docente do IFRS-Campus Porto Alegre. O foco, para Terceiro, devem ser as atividades do interstício. A defesa de tese inédita (em substituição à avaliação do Memorial) ficou condicionada à definição de critérios-básicos, por sugestão do GT. 

Engenheiros celebram 50 anos de formatura

Encontro aproxima veteranos da turma de 1963 com atuais estudantes da Ufrgs

por Araldo Neto



Cerca de cem pessoas estiveram presentes na festa que reuniu colegas de diferentes cursos da Engenharia, e também

A Sociedade Hípica Porto-alegrense foi palco de um evento muito especial no final do ano passado. Formandos da Engenharia da Ufrgs do ano de 1963 voltaram a se reunir para celebrar os 50 anos de formatura. O encontro reuniu 40 colegas dos diferentes cursos da Engenharia, em uma festa marcada por muita alegria, recordações e nostalgia. A organização do evento também serviu para aproximar os experientes

engenheiros dos atuais alunos da Faculdade através do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da Ufrgs (Ceue).

Um grande desafio. É assim que o coordenador da festa, engenheiro Antônio Augusto de Carvalho, qualifica o trabalho de reunir os formandos, cinco décadas depois. Ele conta que outros veteranos auxiliaram na tarefa de convidar o restante das turmas da



seus familiares e representantes do Ceue da Universidade

Engenharia de 1963. "Cada um ia atrás de um grupo de colegas", revela. Ao todo, 163 alunos se formaram naquele ano. Destes, 40 compareceram no encontro. Contanto também com a presença de familiares e representantes do Ceue, ao todo, a festa reuniu mais de 100 pessoas.

A celebração foi animada por músicas da época, e permitiu, inclusive, relembrar os tradicionais baili-

nhos do tempo de faculdade. Para facilitar o relacionamento durante a festa, cada formando ostentava um crachá, que informava seu nome e curso. "Esse encontro foi um renascimento para todos nós", afirma Carvalho. Para o engenheiro Manrico Sfoggia, a festa trouxe um novo ânimo para todos, além de boas recordações. "Talvez tenha sido a ultima vez que a gente conseguiu se reunir", observa. O engenheiro metalúrgico Mauro Silveira admite ter sentido falta de alguns colegas que já morreram. Em homenagem aos 32 formandos de 1963 já falecidos, no dia seguinte ao encontro foi realizada uma missa na igreja São Pedro.

Uma presença marcante na festa foi a do professor Paulo Mazeron, que lecionou para a turma na Universidade. "É uma satisfação ver que alguns de vocês, que passaram por minhas mãos, hoje vieram a ocupar

»



Engenheiro Antônio Augusto de Carvalho mostra a foto de formatura de sua turma em 1963



Eduardo Tannhauser (centro), lembrou o interesse dos estudantes em realizar intercâmbio de informações com engenheiros experientes, a exemplo de Sérgio Schmitz (esq.) e Antônio Carvalho (segundo à dir.)

posição de destaque na economia e no desenvolvimento tecnológico do Estado. É um reconhecimento de um trabalho prestado, que não foi em vão, que foi útil de alguma forma", discursou o professor para o grupo. Outra atração do encontro foi a participação da única mulher que se formou com a turma de 163 engenheiros. Durante sua fala, Iduvirges Muller agradeceu por ter sido bem tratada por seus colegas naquela época. "No meu tempo de estudante, feminismo não era uma palavra usual. A gente não considerava que isso fosse importante. O imprescindível era fazer o curso. Depois de mim, mais mulheres começaram a cursar Engenharia", destacou.

Presentes no evento, integrantes da diretoria do Ceue da Ufrgs – que recentemente abriu as portas para os formandos de 1963 realizarem atividades de troca de experiências com os estudantes – elogiaram a iniciativa desta aproximação. "Cada um de nós é especializado em alguma área. Por que não passar esta ex-

periência para alunos que tenham interesse? Tem uma porção de gente saudável entre os veteranos, que está interessada em trocar experiências, e entre os alunos também", justifica o engenheiro Antônio de Carvalho, que trabalha há 32 anos em comércio internacional e já vendeu diversos produtos em 27 países.

O presidente do Ceue da Ufrgs, Eduardo Tannhauser, confirma o interesse dos estudantes e diz que o objetivo do Centro é levar a turma de formandos de volta à Faculdade para repassar suas experiências aos atuais alunos dos cursos. Nesse sentido, o Ceue já promoveu algumas mesas redondas onde os engenheiros relataram para os estudantes seus erros e acertos ao longo da vida profissional. Para um dos formandos de 1963, Felipe Daiello, o fundamental é que o exemplo da turma graduada há 50 anos sirva para as novas gerações. "Saibam que o engenheiro pode fazer tudo. E esse tudo depende apenas da nossa vontade", discursou Daiello para os estudantes durante a festa.

Calouros de 1964 se reúnem na Universidade

Muitas risadas, reencontros, histórias e lembranças. Assim pode-se definir o que foi o Encontro dos Calouros da Ufrgs de 1964, realizado no início de abril no Bar do Antônio, no Campus Central da Universidade. Cinquenta anos depois do golpe que mergulhou o País na ditadura, os mesmos jovens da época, agora com cabelos brancos, voltaram a se reunir para celebrar a resistência e a sobrevivência em um período marcado pela repressão.

Idealizador do Encontro, o deputado estadual Raul Pont lembra que a turma que entrou na Ufrgs em 1964 já experimentava os efeitos do golpe, com a retirada do presidente do centro acadêmico do cargo, o fechamento do DCE e a cassação de professores. "Quem es-

tava entrando não tinha muita consciência do que era o golpe. Nós aprendemos na Universidade a verdadeira realidade que o País vivia", afirma Pont. O deputado ingressou no curso de História em 1964, porém teve que interromper os estudos dois anos depois, por causa da repressão. "Nesse processo, começamos a ter mais consciência e ter uma ação política mais cuidadosa. Não tinha como fazer abertamente, por causa da repressão, então o caminho era a clandestinidade. E a coação foi aumentando à medida em que a gente cresceu em audiência", recorda.

Sentadas em uma das mesas do Bar do Antônio, Iole Druck e Maria Regina Pilla relembraram algumas situações vividas nos tempos de ditadura. Elas rela-



Deputado Raul Pont (em pé, ao centro) compareceu ao recente encontro com outras 40 pessoas que ingressaram na Ufrgs no mesmo ano do início da ditadura militar brasileira



Iole Druck e Maria Regina Pilla relembraram algumas situações vividas no tempo da faculdade

tam que o clima era tenso nos campi. Presa e exilada durante o regime militar, Maria Regina conta que durante uma passeata, helicópteros davam rasantes como forma de intimidar. Já Iole lembra que em uma das manifestações, os militares começaram a perseguir os jovens que protestavam. Ela relata que buscou abrigo na Catedral Metropolitana e, mesmo assim, foi agredida. Cinquenta anos depois, as duas celebram a resistência e, principalmente a sobrevivência em um período conturbado da história brasileira. "Tudo isso aqui é muito importante para a gente. No meu caso, foi uma formação política e de cidadã", resume Iole sobre a vida na Universidade naquele cenário.

O ex-calouro do curso de Ciências Sociais, Paulo Timm, lembra que o Instituto de Filosofia era famoso por concentrar um núcleo crítico ao regime militar, formado por estudantes e militantes. Por esta razão, o atual Bar do Antônio era conhecido como Bar da Filô. Para Timm, o período da Universidade foi um tempo muito bonito, de resistência e entusiasmo. Com emoção, ele lembra que a rebeldia era a marca de sua geração. "Era uma torrente de emoções. Cada dia era um dia diferente para nós. O País radicalizando, e nós também. Éramos dotados de uma rebeldia intrínseca que nos contaminou naqueles anos todos", afirma.

Formandos comemoram Jubileu de Diamante, Ouro e Prata

No final de ano, tem mais comemoração de formandos da Ufrgs. A Associação dos Antigos Alunos (Alumni) realiza no dia 05 de dezembro, às 17h30min, no Salão

de Atos da Universidade, a cerimônia de Jubileu dos graduados nos anos de 1954, 1964 e 1989. Mais informações podem ser obtidas através do e-mail alumni@ufrgs.br.

Ufrgs festeja seus 80 anos com vasta programação

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) completa 80 anos de existência em 2014. Para comemorar, a instituição de ensino preparou uma programação especial ao longo do ano. Uma das atrações será o Festival de Vio-lão, que contará com apresentação do compositor, multinstrumentista e cantor Egberto Gismonti. O evento acontece em setembro. A ópera também é destaque na programação. Os espetáculos Dido e Enéas e Orfeu estarão em cartaz no Theatro São Pedro, com temporadas em julho e outubro, respectivamente.

Clássico evento de música da Ufrgs, o Unimúsica deste ano homenageia os compositores gaúchos Lupicínio Rodrigues, Armando Albuquerque, Nei Lisboa, Octávio Dutra, Tei-

xeirinha, Vitor Ramil e Radamés Gnatalli. As apresentações acontecerão de julho a dezembro. No dia em que a Universidade completa 80 anos, em 27 de novembro, um grande show ao ar livre celebrará a data. A Velha Guarda da Portela tocará para o público em uma estrutura especial montada no Parque da Redenção, a partir das 20h. Em novembro, o Instituto de Artes exibe obras inéditas à comunidade, de artistas como Ado Malagoli, Aldo Locatelli, Ângelo Guido e Pedro Weingartner, entre outros. Serão mais de 600 peças, que estarão expostas no segundo andar da Reitoria da Universidade e poderão ser apreciadas pelo público, gratuitamente. A programação completa dos 80 anos da Ufrgs pode ser conferida no link www.ufrgs.br/80anos/programacao 

Por uma medicina mais humana

Projeto Contação de Histórias da Ufcspa completa cinco anos

por Ana Esteves



Divulgação: Ana Carolina Fonseca

Futuros profissionais da Saúde desenvolvem atividades lúdicas para se aproximar de pacientes das áreas pediátrica, geriátrica e da maternidade dos hospitais Santa Clara e da Criança Santo Antônio

Era uma vez uma princesa que soltava pum: na hora da dança o príncipe apertou muito a cintura da Cindarella, que não aguentou e soltou um pum bem no instante em que o relógio avisou que era meia-noite. Foi com histórias lúdicas e engraçadas como esta – do livro *Até as Princesas Soltam Pum* – que a estudante do último ano de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa), Jerusa dos Santos Dames, conseguiu cativar uma menininha que se recusava a ser examinada por ela. “Ficamos horas tentando acessar esta paciente, que começava a chorar a cada vez que alguém de jaleco branco entrava no seu quarto”, conta a estudante. Foi então que Jerusa teve a ideia de colocar em prática os ensinamentos do programa Contação de Histórias, criado em 2009 e vinculado ao Departamento de Educação e Informação em Saúde (DEIS), do qual foi aluna.

“Foi como num passe de mágica: entrei no quarto, já contando história, e a paciente deixou eu me aproximar e fazer todo o procedimento”, lembra Jerusa. A estudante de Fonoaudiologia afirma que o aprendizado adquirido com o tempo em que esteve vinculada ao programa tem sido essencial para sua formação e para a prática da sua futura profissão, pois trabalha essencialmente com a proposta de uma maior humanização dos profissionais de diversas áreas da Saúde: Medicina, Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, entre outras.

A coordenadora do programa, doutora em Literatura e professora da disciplina de Contação de Histórias em Ambiente Hospitalar, Luciana Boose Pinheiro, explica que o projeto – que atende pacientes do Hospital da Criança Santo Antônio e do Hospital Santa Clara (ambos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre) – se concentra em dois grandes objetivos: utilizar a literatura como ferramenta para promover uma maior humanização dos profissionais da Saúde, e, ao mesmo tempo, proporcionar bem estar aos pacientes. “Estamos formando profissionais que precisam se aprimorar na questão do vínculo com o paciente, deixar de vê-lo apenas sob o ponto de vista da Biologia, da Medicina”, afirma Luciana. A professora explica que para contar as histórias, os alunos traçam

um plano de acordo com o perfil do paciente – pediátrico, geriátrico ou da maternidade – e levam consigo, além dos livros, que incluem crônicas de Luis Fernando Veríssimo, contos de Simões Lopes Neto, literatura infantil, entre outros títulos, também ilustrações, lembrancinhas relacionadas às histórias, massa de modelar, giz e papel colorido, quando envolve as crianças. “Essas atividades são sempre realizadas de jaleco para que eles não se descharacterizem e atuem como farão em ambiente hospitalar e em suas áreas específicas. Eles não são recreacionistas, são futuros profissionais da Saúde que estão contando histórias para se aproximarem mais de seus pacientes”, destaca Luciana.

A vice-coordenadora do programa e professora-doutora em Pedagogia, Márcia Rosa da Costa, explica que o Contação de Histórias – que completa cinco anos em 2014 – surgiu como projeto de extensão, mas agora ganhou o status de disciplina eletiva curricular da Ufcspa. Este é o primeiro semestre da cadeira, que inclui desde conceitos literários, de humanização, fases do desenvolvimento humano, até biossegurança e apresentação do ambiente hospitalar. “É multidisciplinar, e tem atraído muito os alunos dos semestres iniciais justamente por, de imediato, mostrar como é a vida dentro de um hospital. O aluno já encara a realidade e muitos têm buscado a disciplina justamente por causa disso”, aponta Márcia.

A bolsista do programa e estudante do terceiro semestre de Fonoaudiologia, Karoline Quaresma, diz que o trabalho junto ao grupo foi um facilitador para seu ingresso no ambiente hospitalar. "O programa me fez ter certeza de que é esta a minha vocação. Adoro trabalhar no hospital, ainda mais com esta proposta de humanização. Muitas vezes percebo que nós, contadores, somos uma rota de fuga para pessoas que estão sofrendo, a exemplo das mães que perderam seus bebês", revela.

O programa funciona em vários eixos: através da disciplina, de cursos abertos para alunos da área da Saúde de outras instituições, cursos para profissionais formados em qualquer área e que trabalhem em ambiente hospitalar, em parceria com o Sesc – que dá curso de voluntariado para formados e alunos – e através do projeto Poesia na Enfermaria, que leva poemas para os médicos e enfermeiras que atuam nas emergências do hospital. Luciana diz que o próximo desafio será estender o programa para a área de pesquisa. “São cinco anos de atuação e muitos dados e relatos de casos com resultados práticos do nosso trabalho, que merecem ser estudados mais a fundo”, antecipa.

Alegria resgata imagem do médico de família

A gerente do Hospital Santa Clara, Lígia Petrucci Lübbe, destaca a importância do programa para a forma-



Grupo de alunos que participam do projeto junto com as professoras Luciana Pinheiro e Márcia Rosa da Costa (na segunda fileira, à direita e à esquerda do estudante, respectivamente)



A gerente do Hospital Santa Clara, Lígia Petrucci, destaca a importância de uma visão humanizada do paciente e acredita que o Contação de Histórias resgata a imagem do médico de família

ção de profissionais da área da Saúde, cujo foco sempre se concentra na doença e no currículo específico de cada curso, estipulado pela Universidade. “Já é hora de se trabalhar a Medicina de forma mais ampla, com uma visão humanizada do paciente, aproximando-o daquele que está ali para tratar de sua saúde, quebrando o gelo.” Para Lígia, o Contação de Histórias resgata um pouco a imagem do médico de família, que antigamente freqüentava a casa dos pacientes.

A executiva ressalta ainda o retorno positivo que tem recebido dos internos que já experimentaram as contações. “Eles chegam aqui com a carga forte da doença, muitas vezes não sabem o que vão enfrentar, e o pessoal do Contação de Histórias traz alegria para estas pessoas, dá mais leveza ao tratamento.” Segundo Lígia, houve casos de pacientes que voltaram para nova internação e demandaram a presença dos contadores, que ajudam a mudar o cenário frio e sofrido do ambiente hospitalar. “As pessoas ficam muito satisfeitas e esperam o momento das histórias. Muitos são humildes e sequer viram um livro na vida, É uma experiência única”.

No Hospital da Criança Santo Antônio, a gerente hos-

pitalar Swetlana Margaret Cvirkun enxerga o Contação de Histórias como ferramenta de melhora da estada dos pacientes, tornando a internação menos traumática. “O programa funciona muito bem, tanto para os pacientes como para os pais. Sabemos o quanto uma internação pode representar dor, sofrimento e essa iniciativa dá um alento para estas pessoas.”

É o caso da menina Ketlem da Silva Barbosa (6 anos), internada desde dezembro de 2013 para tratar de uma leucemia. “Ela adora as histórias, fica pedindo para as alunas virem e depois que elas contam os contos ela fica repetindo e se distraindo”, conta a mãe de Ketlem, Gilmara da Silva Barbosa. Swetlana cita que os maiores beneficiados são os pacientes crônicos, como os que aguardam por transplantes, os oncológicos, nefropatas, cardíacos. “Temos ainda as crianças que moram no hospital e que têm muita alegria ao receber os contadores.” A aluna de Fisioterapia, Camila Abel da Costa, atua na pediatria e ressalta a importância de lidar com o lado mais humano dos pacientes. “É muito gratificante ver o retorno e também aprender formas de abordar os pacientes, de acessá-los através da fantasia das histórias.”

ESEF desenvolve pesquisa e extensão a serviço da comunidade

Atividades abrangem desde práticas desportivas até a divulgação de conhecimento científico

por Marco Aurélio Weissheimer



Entre os projetos realizados na Faculdade está o de hidroginástica para portadores de Síndrome de Down

A Escola de Educação Física (Esef), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), oferece à comunidade uma série de ações de extensão, organizadas em torno de dois grandes eixos: atividades comunitárias e atividades de produção e divulgação de conhecimento científico. As primeiras envolvem práticas esportivas diversas, saúde e condicionamento físico (ginástica, hidroginástica, natação, caminhada, musculação, entre outras práticas), prevenção e reabilitação física, atenção em saúde hospitalar, atividades artísticas, danças populares, dança e saúde e atividades para a terceira idade. As segundas combinam divulgação de atividades de pesquisa com seminários, palestras e cursos.

Ao todo, a Comissão de Extensão da Esef oferece 25 cursos para a comunidade (vide box da página 21). Entre os projetos desenvolvidos, o de hidroginástica para portadores de Síndrome de Down é realizado sob a coordenação do professor Luiz Fernando Martins Kruel. As atividades ocorrem sempre às segundas e quartas-feiras, das 16h às 16h45min, em uma das piscinas do Centro Natatório da Escola do Campus Olímpico (Rua Felizardo, 750, bairro Jardim Botânico). No local, também há vagas em ginástica artística (antiga ginástica olímpica), para crianças entre sete e 14 anos, com aulas nas segundas e quartas-feiras, entre 10h e 11h no Ginásio II da Escola. Entre as atividades voltadas para a comunidade, os grupos de corrida integram um projeto aberto ao público com o objetivo de promover a saúde através da prática orientada do esporte.

Alguns docentes combinam atividades de pesquisa e de extensão. É o caso, por exemplo, dos integrantes do Gru-

po de Investigação da Mecânica do Movimento (Biomec), coordenado pelo professor Jefferson Fagundes Loss e pela professora Cláudia Tarragô Candotti. “Os professores desse grupo também possuem projetos de extensão e aproveitam a página do Biomec na internet (www.ufrgs.br/biomec) para divulgá-los. Muitas vezes os projetos de extensão fomentam as pesquisas e vice-versa”, explica Cláudia.

Um destes trabalhos é o Ciclo de Palestras sobre Postura Corporal, que já está em sua sexta edição. “Discutimos sobre pesquisas, muitas delas com temas atuais e evidências científicas advindas dos nossos estudos, mas não somente isso. Também participam palestrantes convidados, que apresentam assuntos vinculados à sua prática profissional”, completa a Cláudia, destacando que esse espaço propicia o debate e o compartilhamento de experiências entre a academia científica e os profissionais que estão em campo.

O ciclo de palestras ocorre semestralmente e é aberto a todos os interessados em debater os temas propostos. Os encontros são quinzenais, sempre às terças-feiras à tarde, com duração de três horas cada. Em cada encontro é realizada uma ou duas palestras ou uma mesa redonda. A maioria das apresentações tem, além da parte teórica, uma parte de vivência prática.

Dirigido a profissionais e acadêmicos de Educação Física e Fisioterapia e de demais áreas da saúde, o objetivo geral do ciclo é proporcionar atualização contínua sobre a temática da postura corporal e seus aspectos biomecânicos, psicológicos e

socioculturais. A perspectiva adotada leva em conta avaliação da postura, dor, qualidade de vida, funcionalidade e propostas de intervenção. De modo mais específico, as palestras destinam-se também a conhecer diferentes protocolos de avaliação da postura corporal estática e dinâmica, identificando aspectos referentes aos métodos de coleta e análise dos dados, bem como sua aplicabilidade nas diversas fases da vida.

Os profissionais buscam ainda conhecer instrumentos de avaliação da dor, qualidade de vida e funcionalidade e protocolos de exame neuromuscular dos músculos relacionados com a manutenção da postura corporal. Os participantes também são estimulados a realizar apresentações sobre o tema em seminários científicos.

Especialização no método Pilates

Os professores da Escola de Educação Física da Ufrgs também promovem cursos de especialização no método Pilates, uma das modalidades de condicionamento físico e reabilitação que mais ganhou espaço na última década. O aumento do número de profissionais que atuam nesta área nos últimos dez anos levou a Esef a criar um curso de especialização para qualificar aqueles que trabalham com esse método, aprimorando seus conhecimentos teórico, tecnológico e prático.

Cursos

- Basquete para a Comunidade
- Caminhada Orientada
- CELARI - Terceira Idade
- Dança para Portadores de Deficiência Visual
- Escolinha de Futsal
- Fisioterapia Aquática
- Futebol de Campo Masculino
- Futsal Universitário
- Grupo de Corrida Locomotion
- Grupo de Danças Tradicionais Tchê/Ufrgs
- Hidroginástica
- Hidroginástica para portadores de síndrome de Down
- Jiu-Jitsu
- Jogging aquático
- Judô
- Karatê
- Kung Fu (Wu Shu)
- Musculação
- Natação: Aprendizagem
- Natação: Condicionamento
- Natação: Treinamento
- Projeto Quero-Quero
- Promovendo a saúde através do Tai chi chuan
- Treinamento de Voleibol para Universitários e Comunidade
- Vivências em Ginástica

Informações sobre como participar:
<http://www.ufrgs.br/esef/site/atividades-comunitarias/>



Luiz Fernando Kruel coordena atividade no Centro Natatório da Escola do Campus Olímpico

Coordenado pelo professor Jefferson Loss e pela professora Aline Nogueira Hass, o curso de especialização no método Pilates da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é de qualificação para o exercício profissional e para o desenvolvimento científico e tecnológico na área. Podem se inscrever para ingresso neste curso graduados na área da Saúde e afins, sendo que o mesmo se direciona principalmente para profissionais de Educação Física, Fisioterapia e Dança. O corpo docente é composto por professores de diferentes áreas científicas e profissionais com formação e experiência na área de atuação e estudo do método Pilates.

Outro serviço que a Escola de Educação Física da Ufrgs presta à comunidade é por meio da Clínica de Fisioterapia, inaugurada em 2012. A unidade também está localizada no Campus Olímpico, em uma área de aproximadamente 150 metros quadrados. Caracterizada como uma clínica escola, atende pacientes nas áreas de Traumatologia, Ortopedia, Desportiva, Neurologia, Uroginecologia e Proctologia. O atendimento é prestado por alunos do curso de Fisioterapia da Ufrgs sob supervisão de docentes e fisioterapeutas da Faculdade. ↗

Locais de produção e divulgação de conhecimento

- Centro de Memória do Esporte: coordenadora Silvana Viodre Goellner, professora de Educação Física;
- Memória e História do Programa 2º Tempo (2013-2015): coordenadora Silvana Viodre Goellner;
- Museu Virtual do Esporte Paraolímpico Brasileiro: coordenadora Janice Mazzo, professora de Educação Física;
- Organização do Acervo Histórico da Biblioteca da Esef/Ufrgs: coordenadora Cíntia Cibelle Fonseca, técnica em Ensino Superior;
- Recônditos da Memória - O Acervo Institucional dos 75 anos da Ufrgs: coordenadora Maria Luisa da Cunha, professora de Dança;
- Revista Movimento: coordenador Alex Fraga, professor de Educação Física;
- Universíade 1963 - 50 anos de história: coordenadora Silvana Viodre Goellner.

Uruguai apresenta o melhor índice de paz da América Latina

Professores avaliam resultado do ranking mundial, formulado por organização não governamental internacional com sede na Austrália

por Araldo Neto



O último levantamento do Índice Global de Paz (GPI), realizado pelo Instituto de Economia e Paz, organização não governamental internacional com sede na Austrália, revela que o Uruguai é o país mais pacífico da América do Sul. O GPI é resultado de cruzamento de informações econômicas com 22 indicadores qualitativos e quantitativos, que são categorizados em três dimensões: nível de segurança dos cidadãos, conflitos domésticos e internacionais e o grau de militarização do país. Os dados são coletados de fontes como ONU, Banco Mundial e outros organismos a favor da paz.

Os uruguaios estão em 24º lugar, em um ranking de 162 países do mundo. Nas Américas, nossos vizinhos ficam atrás apenas do Canadá. Na contramão, a Colômbia apresenta baixo índice de paz, sendo considerado o país latinoamericano mais violento. De acordo com o professor aposentado de Sociologia da Ufrgs Renato de Oliveira, o alto nível educacional do povo uruguai, associado a uma condição de vida satisfatória da imensa maioria da população, contribui para o elevado índice de paz.

Para Oliveira, fatores como a educação mostram que a presença de instituições públicas foi vital no processo de transição da ditadura militar para a democracia. "Essa transição, por outro lado, revelou uma sociedade civil fortemente organizada, com sólidas referências históricas, das quais os partidos políticos centenários são um constituinte fundamental", afirma. O sociólogo considera que estes são elementos que revelam uma ética pública partilhada pela maioria da população, fortalecida pela forte tradição laica da sociedade. "Não podemos esquecer que o Uruguai é um país que se dá ao luxo de ter um presidente que diz

não acreditar em Deus, o que certamente causaria mal estar na imensa maioria dos países, não só da América Latina", acresce.

O professor de Ciências Sociais do IFRS - Campus Porto Alegre, Duílio Castro Miles, lembra que o povo uruguai históricoamente tem se caracterizado por ser pacífico e valorizar as relações de cunho democrático. Residente há 35 anos no Brasil, Miles, que é uruguai, considera que a idiosyncrasia da população somada a governos democráticos e à melhoria material que se tem experimentado nos últimos tempos contribuiu para a percepção de um ambiente mais seguro e menos conflitivo no Uruguai.

O professor uruguai ainda afirma que a diferença dos problemas sociais existentes no Brasil, com relação ao país vizinho, é o grau com que estes problemas se apresentam e, por vezes, a inserção de outros fatores, como a substituição do estado pelas organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas. Não à toa, enquanto o Uruguai é considerado um país com alto índice de paz, o Brasil está em uma faixa intermediária, na 81º colocação no ranking. "Acredito que em função de condicionamento sócio-econômico-cultural e religioso, o pobre uruguai parece mais propenso a aceitar uma vida de privações. No Brasil, por força da mídia e do sentimento de se sentir excluído da riqueza que este país produz, leva, por vezes, as pessoas a cometerem atos de barbárie para ter acesso ao consumo de bens, que venham compensar outras carências", opina.

Recentemente, o país platino ganhou as manchetes de jornais do mundo inteiro pela liberação do uso da maconha e ainda não se sabe qual o resultado que a medida voltada para eliminar o tráfico da droga vai ter para a segurança do país. Para o

professor do IFRS, o êxito da nova lei vai depender de que todo um sistema extremamente complexo funcione. “É neste aspecto que reside a principal dúvida: se o governo e a sociedade estão preparados para sua implementação. Foi uma decisão ousada e de elevado risco”, opina Miles. Renato de Oliveira, no entanto, acredita que a lei visa diretamente fortalecer a paz social. Citando o presidente uruguai, José Mujica, que disse que “existe uma coisa pior que a droga, que é o narcotráfico”, o professor de Sociologia afirma que não se trata de liberar algo que é uma droga, mas sim de lutar contra algo muito pior decorrente da sua proibição.

Conflitos na Colômbia

Considerada a nação menos segura das Américas, a Colômbia está posicionada na nada honrosa 147º colocação do ranking mundial do Índice Global de Paz. Os conflitos armados são responsáveis por grande parte dos problemas de segurança no país das Farc. De acordo com o professor da Universidade Nacional da Colômbia, Pedro Hernandez Castillo, há um processo no país para assinar um acordo para eliminação da violência por conflito armado, que resultaria em um ganho para a sociedade colombiana de US\$ 10 milhões para serem investidos em políticas sociais, como emprego, saúde e educação. “Há uma expectativa em diversas camadas da sociedade, especialmente entre os intelectuais, para que seja firmado o acordo de paz com os grupos armados”, afirma.

Contudo, resolvido o aspecto do conflito armado, não se elimina totalmente os fatores de violência na Colômbia. Castillo revela que existe também a violência social, decorrente de grande desigualdade entre a população e também de uma cultura mafiosa. “Há uma ideia construída, que vem sendo repassada entre as muitas gerações, de que o objetivo da família é encontrar meios de acumular muita riqueza, e a cultura local estimula que esta riqueza deve ser obtida no menor tempo possível. Mesmo que para isso seja necessário deixar de lado os valores de convivência”, explica.

Outro grave problema na Colômbia é o elevado índice de desemprego, que beira os 40%, de acordo com o professor. “Isto gera, para os setores da sociedade, a necessidade de encontrar maneiras para sobreviver, e desta forma perdem-se valores, pois sobrevive-se assaltando nas ruas, roubando um banco, ou trabalhando para o contrabando ou o narcotráfico” revela. O problema cria muitos índices, que são tão grandes quanto o do conflito armado. O professor lembra que o mesmo acontece na Venezuela, que sofre com a violência nas ruas, assaltos e atentados. “Isso é comum em muitos países latinoamericanos, inclusive no Brasil, onde não se anda com altos valores em dinheiro, devido ao risco de assaltos, mesmo em grandes cidades como São Paulo, que, apesar de ser fortemente industrializada e de ser democrática, ainda não conseguiu resolver a questão do pleno emprego, de oportunidades iguais para as famílias.”



O professor Duilio Castro Miles lembra que o povo uruguai é historicamente pacífico

O professor Castillo afirma que costuma estimular que os universitários pensem sobre estes temas, pois é preciso investigar para solucionar os verdadeiros problemas sociais colombianos. “Esperamos resolver o conflito armado e mudar o comportamento, deixando de lado esta cultura mafiosa que permeia a América Latina. Desejamos construir uma sociedade mais inclusiva, mais justa, mais democrática política e economicamente”, conclui.

Cenário brasileiro

Os aspectos que fazem o Brasil figurar na 81º posição no ranking de paz mundial são o alto número de homicídios e o acesso a armas de pequeno porte. Para se ter uma ideia, de acordo com a pesquisa, a Islândia é o país mais pacífico do planeta, com 1.162 pontos. O índice brasileiro de paz alcança 2.051 pontos. Para o professor Renato de Oliveira, o cenário atual do País não prevê uma melhora no índice de desempenho para os próximos anos: pelo contrário. Segundo Oliveira, as perspectivas da economia brasileira “não são nada boas”. “Não se trata apenas das ameaças de retorno da inflação, o que por si só já seria um fator de agravamento dos conflitos sociais. Tratam-se de questões estruturais das quais a inflação é um resultado”, argumenta.

Outro fator que pode colaborar para a redução do índice de paz brasileiro são manifestações sociais, como as que aconteceram em 2013 em todo o País. Para o sociólogo, os protestos registrados no ano passado não têm associações civis a organizá-los, deixando dúvidas se são uma retomada da dinâmica de uma sociedade civil renovada, ou, na hipótese oposta, de manifestações de anomia social. “O futuro irá dizer. E, por enquanto, acho que tende ao vermelho”, avalia Oliveira, a respeito do cenário de paz no Brasil para os próximos anos.

De acordo com o levantamento, que utilizou dados de 2013, os conflitos estão se intensificando no mundo. Segundo o estudo, todo o globo está menos pacífico, em virtude do aumento dos homicídios e a ampliação de gastos militares. Houve uma deterioração de 5% no Índice de Paz Global ao longo dos últimos seis anos. O continente europeu é a região mais pacífica do mundo, enquanto o sul da Ásia é a região com pior índice de paz.

Todos os sons do mundo em Porto Alegre

Conferência da Sociedade Internacional de Educação Musical ocorre pela primeira vez na América Latina

por **Patrícia Comunello**



Ensaios de adolescentes e jovens de baixa renda que integram a Orquestra Villa Lobos estão em ritmo forte

O som de Porto Alegre vai mudar radicalmente entre 20 e 25 de julho. Mais de 70 países dos cinco continentes vão desfilar sua produção musical em teatros e espaços para eventos da Capital. O slogan da iniciativa diz tudo: Ouvindo a Diversidade Musical. Pela primeira vez, a América Latina é sede de uma conferência da Sociedade Internacional para Educação Musical (da sigla Isme – International Society for Music Education), criada em 1953 para disseminar o direito de toda pessoa a experimentar e desenvolver a capacidade musical, seja em escolas ou em espaços informais ou alternativos. A operação para garantir que toda a estrutura esteja afinada para receber mais de 2 mil participantes está sob comando de docentes e acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Música (PPGMus) e do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

O evento ocorre a cada dois anos. O anterior aconteceu na Grécia (2012) e o próximo será na Escócia (2016). Na programação da 31ª Conferência da Isme e da 1ª Conferência da entidade na América Latina, estão previstos desde festival musical (com 60 grupos selecionados entre mais de 350 inscritos), conferências, simpósios e oficinas, além de feiras da indústria musical e de produtos da cultura brasileira. Temas como educação do músico profissional; música nas escolas e formação de professores; musicoterapia e atividade comunitária em música serão debatidos. “Os grupos também se apresentarão em muitas escolas e nas ruas e bairros”, avisa a coordenadora-geral desta edição do evento, a professora do PPGMus, Liane Hentschke. “A Isme 2014 é um presente para a cidade”, valoriza a coordenadora, que teve papel decisivo para a escolha da capital gaúcha durante sua gestão à frente da presidência da Sociedade, em 2010.



Última edição da Isme ocorreu em 2012, na Grécia

A disputa pelo país-sede, e a cidade, é sempre acirrada, lembra a professora da Ufrgs. Outros candidatos no Brasil foram São Paulo e Recife. "Muitos reclamavam que o evento ainda não havia sido realizado no País, mas isso se explica pela complexidade. Mesmo que a cidade já tenha abrigado edições do Fórum Social Mundial, não é a mesma coisa", ressalta Liane. Os principais apoios financeiros vieram, até agora, do CNPq, da Ufrgs, da Fapergs e do Sesi-RS. Há todo um cuidado no manuseio de equipamentos. Grupos da Indonésia trarão, por exemplo, instrumentos de madeira delicadíssimos, todos com seguro. "O custo é altíssimo, o que exige muito cuidado em toda a movimentação", exemplifica a coordenadora-geral.

Só o que destoou, para frustração da organização, foram os escassos apoios e financiamento para auxiliar nos custos, mesmo com a busca em mais de 40 potenciais apoiadores. "Este ano o dinheiro está no pé", brinca Liane, em uma alusão à Copa do Mundo no Brasil, que concentra a maioria das verbas de marketing e publicidade. Ao mesmo tempo, uma preferência por produtos musicais ligados a shows acaba monopolizando recursos, em detrimento de iniciativas vinculadas à educação musical, caso da Isme. "O que é um paradoxo, pois o curso de PPGMus da Ufrgs é o único com conceito 7 pela Capes – o maior nível está aqui no Estado", contrasta a docente da Instituição. A atitude local acabou gerando um fato inusitado: o lançamento, em outubro de 2013, não foi em Porto Alegre – a sede desta edição – mas na capital paulista, na sala de concertos São Paulo, uma das mais importantes no País. "O governo paulista ficou encantado com o evento e propôs fazer o lançamento. Além disso, custeará a vinda de grupos do estado para Porto Alegre."

Do som aborígene ao samba

Na cerimônia de abertura, prevista para ocorrer no Centro de Eventos da Puc-RS, está previsto um desfile do espetro da música brasileira, com diferentes ritmos, melodias, músicas e etnias. As apresentações deverão ter ingressos de valores acessíveis para o público em geral. Todas as noites contarão com eventos em algum lugar. "Será uma oportunidade única", provoca Liane. A conferência, além de virar naturalmente o palco de manifestações artísticas desde grupos aborígenes a uma orquestra de alunos pobres do bairro Lomba do Pinheiro, zona Leste de Porto Alegre, tem a meta de fomentar a música na educação. "A música não é ingênuo, pois ela pode trabalhar comportamentos, desenvolver na criança potencial cognitivo, psicomotor e de sociabilidade", detalha a coordenadora-geral desta edição do evento. "É uma ação para a não violência. Mas no Brasil, infelizmente, não há disciplina musical no currículo", lamenta Liane.

Desde 2008, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu que é obrigatório escolas oferecerem conteúdo musical em todo o Ensino Básico, seja em aulas de arte ou em atividades extraclasse. O que demora é a implementação da medida. Uma das mesas do evento tratará das políticas públicas nesta área. Estrangeiros têm curiosidade de conhecer os projetos locais. O prejuízo de não ter educação musical na escola é a baixa qualidade na formação, advertem os organizadores. "A música desenvolve o sentimento de humanidade. Em uma aula, um aluno toca prato e outro, reco-reco. O professor chega e sinaliza: 'escuta teu colega, pois o som do prato vai abafar o do reco-reco'. Este é um exemplo de como se pode gerar o respeito ao próximo a partir da música", associa Liane.



Liane Hentschke é coordenadora-geral da Isme (ao centro), enquanto Mário André Oliveira e Cristina Cereser encabeçam a organização e divulgação do evento

Membro da coordenação geral e doutorando no PPG-Mus, Mário André Oliveira explica que as escolas tinham até o ano de 2011 para se adaptar à regra do CNE. "E não significa só música erudita, mas todas as possibilidades. Como diz a Isme – a diversidade de sons", reforça Oliveira, que estuda justamente a formação de professores de música para a Educação Básica. Um dos empecilhos para alterar a carência das atividades na sala de aula é o baixo número de educadores. E faltam profissionais porque as escolas não abrem vagas específicas para a área. "Até quem hoje se forma na faculdade não vê perspectiva na atuação", lamenta o doutorando.

Exemplos para o Brasil podem ser a China, com educação musical em todo o ensino, e os Estados Unidos, onde a formação é obrigatória. A Associação Nacional de Educação Musical daquele país tem mais de 100 mil sócios. "No Brasil, alega-se que música é feita nas ruas e em oficinas. Não gosto dessa palavra – oficina –, que se faz em vilas, projetos e comunidades. Isso é excludente. O espaço mais democrático é a escola, onde todos ou quase todos têm acesso", adverte Liane. "A escola é o espaço ideal, pois se pode ter ensino de forma gratuita. Faz música hoje quem pode pagar aula particular", completa.

À espera do grande dia

Uma das músicas do repertório já está definida: João e Maria, de Chico Buarque. E os ensaios de adolescentes e jovens de baixa renda que integram a Orquestra Villa Lobos, projeto que nasceu dentro de uma escola pública municipal da Capital, estão em ritmo forte. Tudo porque a sinfônica que vem mudando, com sua educação musical, a história de dezenas de meninas e meninos do bairro Lomba do Pinheiro, uma das zonas mais pobres da Capital, será uma das atrações na abertura da Conferência, no dia 20 de julho. "Não vemos a hora de chegar o dia. Teremos uma plateia de alta qualidade", comenta Geyson William Mença, que maneja do violão ao piano. "Mas gosto mesmo é de tocar cavaco", observa o rapaz sobre o instrumento popular. Ele está desde os dez anos no projeto e arrastou os irmãos Thalita, 16 anos, e Thales, 13. Todos estudam ou estudaram na escola municipal Heitor Villa Lobos. A música João e Maria é uma das preferidas dos mais de 30 integrantes.

A professora Cecília Rheinghantz Silveira, que dirige a orquestra, orgulha-se de fazer parte da seleção de grupos que desfilarão música em diferentes idiomas e culturas no evento global. "Estaremos na abertura, vamos acompanhar o músico Leandro Maia", explica Cecília, que é exigente com a turma de alunos. "O som não está bom", certifica a docente, um pouco antes de dar início a mais uma apresentação da Villa Lobos. Tem sido assim. A orquestra já gravou DVD, tem livro contando a trajetória, e tem como objetivo promover a inclusão social pelo acesso ao conhecimento musical e a vivências artísticas.

"A música como meio de promover a autoestima, inserção cultural e cidadania", diz a página na internet que descreve o projeto, apoiado financeiramente pelo Município e pelo Instituto Cultural São Francisco de Assis. Cecília orgulha-se de ter proporcionado a muitos jovens uma carreira na música. "Temos alunos que hoje estudam na Europa, que são músicos profissionais", conta a professora.

Para Geyson e os irmãos, mesmo tendo em casa o pai ligado a ritmos como o samba, seria impossível buscar a formação se tivessem de custear as aulas. Os três querem seguir na música. Thalita, que toca violino, ensaia mais de três horas por dia e vislumbra o contato com estilos musicais do mundo todo no evento. "Queremos fazer o melhor", projeta a jovem. A colega Alice de Souza Valente, 18 anos, que se concentra nos exercícios com o violoncelo, conta que a mãe está desempregada e que não teria como frequentar aulas sem o projeto. "A gente ensaia muito e ainda tem aula de percepção musical. Cansa, mas o resultado é muito bom."



Thalita Mença e os irmãos, Thales e Geyson, valorizam o projeto de formação de músicos para jovens de baixa renda

Saiba mais

A International Society for Music Education (Isme) foi fundada em 1953 pela Unesco, um dos braços da Organização das Nações Unidas (ONU), para incentivar a educação musical. A entidade tem como princípio o respeito a todas as músicas e culturas, e acredita que todo indivíduo tem direito à educação musical.

Coordenadora da Isme 2014, Liane Hentschke afirma que mulheres e mesmo homens em muitos países são proibidos de vivenciar esse direito. Liane dirigiu a entidade entre 2004 e 2010. Ela cita o regime do Talibã, no Afeganistão, que destruiu instrumentos para impedir as manifestações e apresentações musicais. "Quando estava à frente da Isme, o Banco Mundial (BIRD) aportou recursos para reconstruir o que foi destruído pelo regime", conta a professora da Ufrgs. Isso foi em 2006, a partir da iniciativa de um músico afegão que estudava fora daquele país. Em Cabul, foi criada uma escola para crianças para resgatar a cultura musical. "A memória a respeito de como tocar instrumentos havia sido perdida", lamenta Liane.

A Isme soma mais de 400 mil associados no mundo, entre professores (universidades e escolas), músicos e pesquisadores, e está presente em 80 países. A próxima edição da Conferência será em 2016, na Escócia.

Agende-se

O que: 31ª Conferência Mundial da International Society for Music Education (Isme) e 1ª Conferência da Isme na América Latina. Devem participar mais de 2 mil pessoas de 70 países.

Quando: 20 a 25 de julho, em Porto Alegre.

Programação:

Festival de Música: mais de 80 concertos em diversos espaços com cerca de 60 grupos de manifestações culturais de mais de 50 países.

Atividades: conferências, simpósios, oficinas, feira comercial da indústria da música e feira de produtos da cultura brasileira.

Temas de discussão: educação do músico profissional, na infância, música nas escolas e formação de professores, pesquisa em educação musical, política em música – diretrizes culturais, educacionais e de mídia, educação especial, musicoterapia, música e medicina, e atividade comunitária em música.

Informações: www.isme.org/2014

Programa de revitalização do Dilúvio está em coma

por Ana Esteves



Sujeira do arroio, que deveria ser resolvida a partir de projeto elaborado em 2012, estraga a paisagem e mantém bacia poluída

O ano de 2012 foi emblemático para Porto Alegre: a capital gaúcha ganhou um projeto que iria mudar radicalmente, e para melhor, a cara da cidade. O Programa de Revitalização da Bacia do Arroio Dilúvio surgia como um alento para os olhos dos porto-alegrenses que há anos convivem com um arroio feio, poluído e mal cuidado. Tudo parecia perfeito não fosse pelo súbito emperramento do projeto, que está parado desde o final de 2012. “O Programa está em coma e não vemos perspectivas de que possa retornar”, afirma o diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), André Luiz Lopes da Silveira, membro do grupo gestor do programa e responsável pelo desenvolvimento do projeto na Universidade.

Para Silveira, é possível elencar uma série de problemas que culminaram com o travamento do programa, como a dificuldade de fazer com que as várias secretarias e órgãos (Dmae, DEP, Demhab, DMLU, EPTC, Sman, entre outras) envolvidos no novo projeto, trabalhassem juntos. “A Prefeitura Municipal de Porto Alegre não está acostumada a reunir seus técnicos, por absoluta inadequação institucional e incapacidade de tratar

integralmente os problemas, os quais podem ser trabalhados setorialmente, mas com foco no planejamento integrado. Ao contrário dos países desenvolvidos, não estamos preparados para trabalhar desta forma”, dispara o gestor.

Segundo o professor do IPH, a Capital carece de um efetivo esforço de planejamento urbano. “Não existe planejamento para a cidade, existe o Plano Diretor, que é apenas um instrumento para o planejamento urbano. Hoje, há três grandes lobbies em Porto Alegre: a questão imobiliária, a ambientalista e a das ciclovias, que são muito mal concebidas, não pensadas, feitas por pressão, setorialmente. A Prefeitura funciona assim”, critica. Silveira acrescenta que o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) está com o extraordinário projeto de recuperação do Dilúvio: o Programa Integrado Socioambiental (Pisa), mas que “existem áreas que não recebem o mesmo tratamento, a mesma dedicação do que outras, mais centrais, de maior visibilidade. Daí o projeto fica incompleto, pois essas áreas também carecem de tratamento de esgoto”. Além disso, no lado de Viamão, aponta Silveira, falta projeto de saneamento por

parte da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). "Mas não tem desculpa: tem dinheiro, tem domínio técnico só falta vontade política de assumir certas coisas."

O secretário municipal do Meio Ambiente, Claudio Dilda, rebate afirmando que o problema seria estritamente financeiro e que está em busca de recursos para que o programa de revitalização saia do papel. Dilda é categórico ao afirmar que o projeto "não está parado". "Precisamos levar o Pisa em consideração, como parte de ações de revitalização do Dilúvio, que já tratou mais de um milhão de litros de esgoto. Por isso, não se pode falar que o projeto está parado. Posso entender a ansiedade dos estudiosos da Ufrgs e da PUC-RS (que integram a parceria do projeto), que não sei se é maior que a minha ansiedade".

Para o secretário, o detalhe mais importante é o de captação de recursos para o desenvolvimento da primeira fase do Programa. "São R\$ 2 milhões, oriundos do poder público e que têm que passar por orçamento e obviamente, a partir disto, ainda dependem da liberação, face o período não muito tranquilo em termos de disponibilidade de recursos por parte das prefeituras de todo Brasil, haja vista as manifestações dos prefeitos em Brasília".

Para Dilda, o momento é delicado, mas não significa que o projeto está esquecido. "Parte do que está previsto no Programa está sendo atendida pelo Dmae. Graças à realização da coleta e do tratamento de esgoto, através dos coletores, que os dejetos não vão in natura para o arroio, medidas que já estão sendo computadas como parte do projeto de revitalização do Dilúvio, assim como as dragagens feitas pelo Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) e Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU)".

O secretário do Meio Ambiente acrescenta que para que o Programa efetivamente deslanche, é preciso realizar um trabalho integrado com o município de Viamão, medida que já está sendo tomada. "Estamos constituindo um grupo de trabalho que envolve Porto Alegre e Viamão, através da emissão de portaria designando representantes dos dois municípios, assim como a PUC e a Ufrgs, caso se disponham a participar."

Em 2013, representantes das duas universidades fizeram novas tentativas de negociação, com vistas a que o projeto fosse levado adiante, e mandaram dois emissários a Brasília, recebidos pelos ministérios das Cidades e do Meio Ambiente. "Mas não obtiveram sucesso e receberam a orientação de que não era obrigação dos pesquisadores pedir dinheiro, mas sim dos prefeitos", relata Silveira. Ele reforça a informação de que o projeto básico foi orçado em R\$ 2 milhões e previa o estudo de soluções baseado em 170 eixos inclusos no plano. "Depois disso, ainda tivemos uma reunião com o secretário Claudio Dilda, o qual se mostrou muito entusiasmado com o programa, mas ficou por isso mesmo, depois tentamos novos contatos,



smam
Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Claudio Dilda afirma que também está ansioso para resolver o impasse, que, segundo ele, seria "estritamente financeiro"

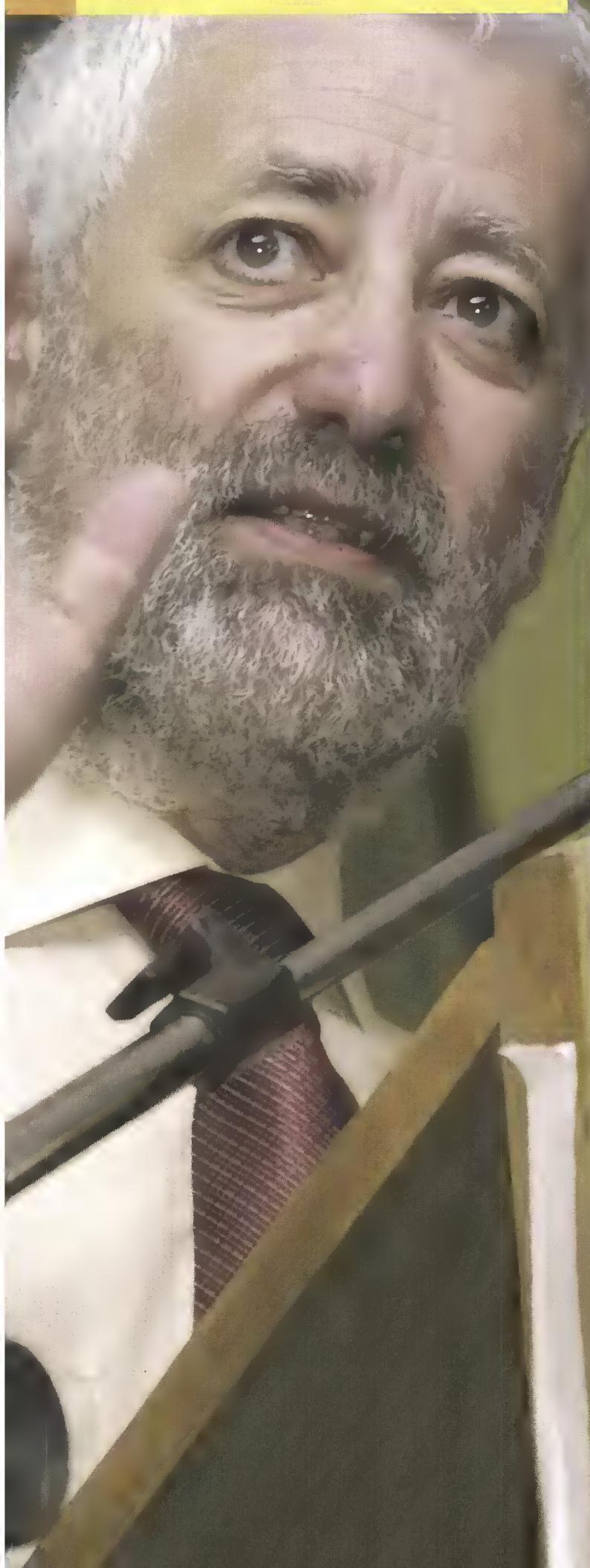
mas não obtivemos retorno. Em função disso, pensei em retirar o nome da Ufrgs do projeto, pois ficamos à mercê de uma indefinição ad eternum da Prefeitura – e é o nome da Universidade que está em jogo. Mas continuamos à disposição".

Base em projeto coreano

O embrião do programa de revitalização do Arroio Dilúvio foi uma viagem do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, a Seul, Coreia do Sul, onde conheceu o arroio Cheonggyecheon. "Realizamos um trabalho intenso, a partir de um plano estratégico dividido em cinco etapas, cuja primeira foi a da gestão do programa, lançado em 2011, quando o governador visitou Seul e ficou interessado em fazer algo semelhante no Dilúvio", lembra o diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Ufrgs, André Luiz Lopes da Silveira.

A partir disso, foi lançado um marco conceitual para fazer um diagnóstico, apontar ideias, ter noção do real estado do arroio e traçar os princípios de revitalização da bacia do Dilúvio como um todo. Silveira conta que o lançamento deste documento do marco ocorreu no final de 2011. "Foi tudo feito de forma gratuita e sem nenhuma formalização de convênios. E, quando o marco conceitual foi lançado, assinamos um protocolo de cooperação institucional." Com base no marco, foi prometida a elaboração de um plano de ação pelas universidades, o qual foi lançado no final de 2012, definindo eixos de ação.

"Criamos o eixo Água, que envolve esgoto e meio ambiente, um eixo de Uso do Solo, outro de Mobilidade, Educação, Economia e Governança. Cada eixo tem sempre viés integrativo com os outros, fator que acredito tenha emperrado o andamento do programa, pela dificuldade da Prefeitura de trabalhar de forma integrada", repete Silveira. 

**António Nóvoa****“Obsessão por normas e controles transforma universidades num inferno”**

A Constituição Brasileira de 1988 determinou, em seu artigo 207, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Mais de 25 anos depois, porém, a autonomia ainda é um projeto a ser transformado em prática cotidiana dentro da universidade brasileira.

Apesar da determinação constitucional, as universidades ainda não gozam, na prática, de autonomia. Um conjunto de leis, portarias e outros procedimentos impedem estas instituições de ensino de exercer sua independência. Entidades da comunidade acadêmica do País tentam viabilizar ainda para este ano a regulamentação daquilo que prevê a Constituição da República.

No início de 2014, representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes-Federação) debateram suas propostas para a regulamentação da autonomia universitária. Um dos consensos consolidados entre as duas entidades é a necessidade de um novo regime jurídico que garanta essa autonomia, conforme prevê o artigo 54 da Lei de Diretrizes e Bases (ver box da página 32).

Na avaliação do Proifes, o artigo 207 da Constituição Federal não é autoaplicável e isso fundamenta a necessidade de regulamentação. “Não é possível que os órgãos mais importantes de ensino e pesquisa no Brasil sejam tão engessados nas compras e contratações de serviços, mesmo que se defenda com ardor a legalidade e a moralidade. É preciso agilidade para que se possa ter ainda mais qualidade na pesquisa, no ensino e na extensão”, defendeu no encontro o presidente da federação, Eduardo Rolim de Oliveira. As duas entidades concordaram em mobilizar a comunidade acadêmica, os parlamentares e a sociedade para viabilizar, ainda este ano, o envio de um Projeto de Lei ao Congresso Nacional sobre a Lei Orgânica das Universidades.

Mas a falta de autonomia nas universidades não é um problema exclusivamente brasileiro. Em entrevista à revista *Adverso*, o professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, António Nóvoa, critica a falta de liberdade na prática diária dos professores que não conseguem se organizar e se dedicar às atividades que deveriam ser prioritárias em uma universidade.

Nóvoa, que é ex-reitor da instituição portuguesa, esteve, em março deste ano, na sede do Proifes-Federação para uma conferência sobre a autonomia das universidades, uma das prioridades da agenda da entidade brasileira em 2014. Ele identificou outros dois fatores que prejudicam hoje uma independência efetiva nas universidades. Em primeiro lugar, apontou a falta de autonomia provocada pelos processos burocráticos e pelas gestões empresariais, que muitas vezes reprime a visão acadêmica nas instituições de ensino.

Em segundo, lembrou da ausência de liberdade na profissão, causada pela sistemática vigilância e pelo modelo de frequente prestação de contas do sistema atual, que tira tempo hábil dos professores para ensino e pesquisa. "Além disso, a situação que vivemos hoje em dia, com docentes asfixiados por sucessivos controles produtivistas e com instituições sufocadas por uma burocracia sem fim, torna a vida universitária muito problemática e difícil", completa o educador português.

O ex-reitor da Universidade de Lisboa ainda acrescenta: "A obsessão pelas normas burocráticas e pela prestação de contas, tal como vem sendo praticada, além de ser ineficaz, transforma as instituições de Ensino Superior em um inferno e desvia os professores das suas missões pedagógicas e científicas."

por Marco Aurélio Weissheimer

Adverso: O que significa, afinal de contas, a ideia da autonomia para a universidade no atual estágio das nossas democracias? O que falta hoje para que essa ideia se materialize na prática da vida universitária?

António Nóvoa: É preciso falar de liberdade. Sem liberdade não há universidade. A liberdade é o coração da vida acadêmica, do trabalho de professores e de pesquisadores. Jacques Derrida tem razão quando fala de uma universidade sem condição, de uma liberdade incondicional. E não há liberdade sem autonomia. A situação que vivemos hoje em dia, com professores asfixiados por sucessivos controles produtivistas e com instituições sufocadas por uma burocracia sem fim, torna a vida universitária muito problemática e difícil.

Adverso: Como combinar essa ideia de autonomia com a de políticas públicas nacionais de Educação Superior? Até onde deve ir a autonomia de uma universidade, e como a mesma pode se articular com orientações mais gerais e universalizantes, que são marcas das políticas de uma República?

Nóvoa: O estado deve assumir a sua responsabilidade na definição de políticas públicas para o Ensino Superior. É natural que estabeleça grandes objetivos e prioridades. Mas não deve interferir nos modelos de organização, nem no funcionamento das universidades. A obsessão pelas normas burocráticas e pela prestação de contas, tal como vem sendo praticada, além de ser ineficaz, transforma as universidades em um "inferno" e desvia os professores das suas missões pedagógicas e científicas.



"Há uma constatação óbvia a se fazer: as melhores universidades são sempre aquelas que têm maior autonomia"

cas. Mas é muito importante afirmar que a autonomia universitária não pode estar voltada ao serviço "de dentro", acabando por se traduzir em uma lógica corporativa. Deve estar, isso sim, voltada ao serviço "de fora", da sociedade e do seu desenvolvimento.

Adverso: Qual a experiência das universidades portuguesas e, de modo mais geral, das universidades europeias a respeito da autonomia?

Nóvoa: Há muitos modelos e muitas experiências. As universidades são diferentes, e é bom que sejam. Cada instituição deve definir as suas próprias orientações e formas de organização. Não é bom

adotarmos um padrão único ou um “modelo ideal” para as universidades. Isto dito, há uma constatação óbvia a se fazer: as melhores universidades são sempre aquelas que têm maior autonomia. Nos últimos anos, a autoridade no seio das universidades tem vindo a passar dos professores (e dos pesquisadores) para os gestores e até para as agências externas, o que constitui um retrocesso grave.

Adverso: Há algum modelo de autonomia universitária no mundo que pode servir de inspiração para o Brasil?

Nóvoa: Não. Cada país tem a sua história e as suas tradições. Cada universidade deve definir a sua missão e o seu programa estratégico. Cada vez que procuramos importar modelos estrangeiros caímos, invariavelmente, em pobres caricaturas do original. Um dos efeitos negativos dos rankings internacionais, cada vez mais populares, é criar a ilusão de um “modelo ideal” de universidade, que seria referência para todas as instituições. É a famosa “síndrome de Harvard” – todos querem imitar seu modelo. Mas procurar imitar Harvard sem a sua história, a sua cultura, as suas condições e os seus recursos, é uma ilusão absurda e perigosa.

Adverso: Quais são, na sua opinião, as principais ameaças que pairam sobre a universidade hoje? Como a crise econômico-financeira desencadeada em 2007-2008 está afetando o quotidiano das universidades na Europa, especialmente nos países mais prejudicados pelo impacto deste cenário, como é o caso de Espanha e Portugal, entre outros?

Nóvoa: A crise está afetando seriamente as universidades. Mas está, sobretudo, acentuando as

desigualdades entre os países e as mesmas. No caso português, tem havido uma diminuição relevante do financiamento público (durante os meus dois mandatos como reitor da Universidade de Lisboa, entre 2006 e 2013, o financiamento público diminuiu 50%), dos salários dos professores (uma redução de cerca de 25%, entre 2011 e 2013) e sobretudo – este é o nosso maior drama – uma incapacidade de renovação do corpo docente e de integração na universidade de uma geração jovem, extremamente qualificada do ponto de vista científico.

Há duas ameaças que são acentuadas pela crise. Uma tendência que valoriza a gestão sobre o ensino e a pesquisa, trazendo para dentro das universidades discursos e práticas empresariais. Outra tendência que acentua o valor econômico das universidades e que, por esta via, abre as portas a políticas de mercantilização do espaço do Ensino Superior. Face a estas tendências, temos de afirmar a dimensão pública da universidade, o seu papel no conhecimento e na criação científica e cultural; o seu papel na transformação do passado em futuro. ☰

O que diz o artigo 54 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996:

As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas às normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Devolução de valores ocorrida na folha de aposentados da Ufrgs em abril de 2014 poderá ser questionada em juizo

Francis Campos Bordas, assessor jurídico da Adufrgs-Sindical

As alterações havidas na remuneração dos docentes federais no mês de março de 2014 trouxeram algumas consequências desagradáveis para alguns professores aposentados que recebem a vantagem do artigo 192. Em vários casos, a Adufrgs identificou inclusão de rubricas de devolução de valores pagos a maior em meses anteriores. De início, convém recordar do que trata o artigo 192.

A vantagem do artigo 192 da Lei 8112/90 (RJU) vigorou até meados de 1996 e previa a inclusão aos proventos do aposentado com proventos integrais de uma rubrica equivalente à diferença de remuneração entre a sua classe e a superior. Assim, um professor aposentado como Associado receberia, além da remuneração de sua classe, uma rubrica correspondente à diferença para o de Titular.

A lei 12772/12 trouxe alterações nos valores do vencimento básico e da retribuição por titulação (RT). Em alguns casos, estes novos valores diminuíram a distância entre algumas classes, fazendo com que a diferença do artigo 192 fosse diminuída. Em outras situações, ao revés, a diferença entre as classes se intensificou, gerando assim o aumento do valor da vantagem do artigo 192. Vejamos um exemplo de um professor adjunto 4, doutor, aposentado com a vantagem do artigo 192:

critério de cálculo do art. 192 em FEV-14			
	adjunto 4	associado 4	diferença (art. 192)
básico	R\$ 4.304,72	R\$ 5.834,89	R\$ 1.530,17
adic tempo	R\$ 1.119,23	R\$ 1.517,07	R\$ 397,84
RT	R\$ 4.994,99	R\$ 7.619,34	R\$ 2.624,35
total			R\$ 4.552,36

critério de cálculo do art. 192 em MAR-14			
	adjunto 4	associado 4	diferença (art. 192)
básico	R\$ 4.704,71	R\$ 6.144,71	R\$ 1.440,00
adic tempo	R\$ 1.223,22	R\$ 1.597,62	R\$ 374,40
RT	R\$ 5.668,86	R\$ 8.914,38	R\$ 3.245,52
total			R\$ 5.059,92

Vê-se, neste exemplo que houve um aumento na rubrica. Como explicar, então, os descontos feitos para vários aposentados na folha de abril através da rubrica de desconto "dif. Prov. Art. 192 Lei 8112"?

Embora a lei que tenha previsto o aumento da vantagem do artigo 192 seja de dezembro de 2012 (oportunidade em que foram previstos aumentos para março de 2013, 2014 e 2015), estes quase 18 meses parecem não ter sido suficientes para que administração federal preparasse seus sistemas informatizados responsáveis pela folha de pagamento. Isto, infelizmente, gerou pagamentos equivocados a diversos aposentados na folha de março de 2014, equívoco este que não decorreu da vontade ou de qualquer ato dos professores, mas, muito provavelmente, por falta de ajustes nos sistemas informatizados.

Na folha de abril de 2014, estes valores pagos – a maior em março – foram descontados em uma única vez. Como este desconto coincidiu com a supressão da rubrica relativa à URP89, para muitos casos, a situação ficou ainda mais delicada, potencializando o prejuízo. Situação similar a essa ocorreu em 2006 com os professores titulares, pois, naquele momento, a Ufrgs pagou a maior parte em determinado mês e passados alguns meses, descontou o valor excedente.

Naquela ocasião a Adufrgs ajuizou uma ação coletiva defendendo a tese de que pagamentos decorrentes de equívocos da administração não devem ser resarcidos dada a natureza alimentar do salário. A tese foi vitoriosa, inclusive já com recebimento de valores na via judicial pelos atingidos. A tese, como se nota, é perfeitamente aplicável e por tal razão que a assessoria jurídica recomendou à direção que seja feita a mesma tentativa de devolução em juízo. Frisamos que não há necessidade dos professores ingressarem com ações individuais já que a representatividade do Sindicato é ampla e protege toda a categoria.

Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

Ao IFRS, com respeito*

Cláudia Schiedeck Soares de Souza, reitora do IFRS

A criação dos Institutos Federais no Brasil é o marco referencial que distingue o antes e o depois na história da Rede de EPT. As escolas técnicas criadas para os 'desvalidos da fortuna' (excluídos do sistema de ensino superior brasileiro), hoje Institutos Federais, ostentam significativos avanços quando os temas são educação, justiça social e geração de novas tecnologias.

Podemos citar o processo de eleição paritária para nossos gestores. Cada segmento de nossas instituições possui 1/3 do peso eleitoral. Nossa Conselho Superior é composto tem representação paritária. Construímos coletivamente os documentos que nos balizam (PDI, PPI), o que mudou a correlação de forças nas instituições.

Em 2008, a Rede Federal tinha apenas 77 mil matrículas no Técnico de Nível Médio no País. Hoje, soma 535 mil. São sete vezes mais jovens e adultos nessa modalidade! No ensino superior, de 2011 para 2012, houve um incremento de 27,6% de matrículas. Novas oportunidades! Números que se materializam não apenas nos centros urbanos, mas principalmente onde nenhuma outra instituição pública deseja se instalar pelas dificuldades ou precariedades logísticas. Os IFs estão chegando onde existe necessidade de inclusão social através da educação e seu papel é desafiador e inovador. São os IFs que levam engenharias, licenciaturas e outros cursos superiores para o interior.

Isso é uma revolução no eixo educacional brasileiro, repositionando as perspectivas que tínhamos para a EPT. Falamos do acesso de mais de um milhão de brasileiros que hoje possuem uma educação federal gratuita de qualidade e, sobretudo, inclusiva. No IFRS esse quadro não foi diferente. Em 2008, éramos quatro pequenas instituições de educação profissional (Bento Gonçalves, Rio Grande, Sertão e Porto Alegre). A criação dos IFs trouxe a chance de cumprirmos com a nossa função social e transformar a esperança em realidade.

Muito se exigiu de nossos servidores. Novos desafios, novas situações. Para algumas, estávamos preparados. Para outras, tivemos que somar forças e trabalhar com a unidade na diversidade. Uma criança não chega à fase adulta sem tombos e sofrimentos. E nós também não crescemos sem sacrifícios e sem problemas. Eles exis-

tem. Trabalhamos incansavelmente para resolvê-los, mas não deixamos de reconhecê-los e nem evitamos os obstáculos que nos são postos pela realidade que o País demanda. Ao contrário, saímos da nossa zona de conforto e dialogamos com nossos parceiros do mundo real. E, verdade seja dita, atualmente somos recebidos e ouvidos por eles, fato novo no cenário educacional.

O IFRS tem orgulho de seu trabalho. Temos IGC 4 e 75% de nossos cursos com avaliação igual ou superior a 4. Somos um dos 10 maiores IFs do Brasil em número de servidores. Fomos o quarto IF do Brasil na aprovação de projetos do Edital de Pesquisa e Inovação do CNPq no ano de 2013. Possuímos a maior abrangência territorial do Estado (67 municípios e 5 regiões). Somos o IF com o maior número de doutores (significando docente qualificado para os estudantes). Temos mais de 15 milhões em investimentos em obras só em 2014.

Acreditamos, sim, que dinheiro público se coloca em instituição pública e, assim, aceitamos o desafio das federalizações, já que naquelas escolas foram colocados recursos que a iniciativa privada não conseguiu gerir. Olhar para o IFRS apenas da perspectiva de problemas inerentes à gestão pública (fruto de legislações anacrônicas) e não considerar o que esse avanço simboliza para a sociedade gaúcha é desconsiderar de forma simplista o desejo de muitos.

Se possibilitar à sociedade oportunidades de crescer socialmente através da qualificação profissional significa tropeçar... Que seja! Isso só comprova que estamos caminhando e fazendo a nossa parte. Educação só se faz com ousadia e ação! Ao IFRS, respeito e carinho pelo trabalho! Em tempo, Feliz está feliz com seu conceito 5 recebido pelo Curso de Tecnólogo em Processos Gerenciais, avaliação INEP.

*Este artigo apresenta a posição da Reitoria do IFRS frente à reportagem publicada na edição 206 da Adverso (Ufrgs estreia no Litoral, Ufscpa vai a Canoas e IFRS tropeça ao crescer rápido demais). A matéria cita fontes ligadas à instituição e as opiniões apresentadas no texto são exclusivamente dos entrevistados.

A Adufrgs-Sindical está modernizando o sistema de dados* de seus associados para melhorar a comunicação, garantir o recebimento de mensagens eletrônicas, correspondências, e a participação de todos em decisões importantes para a categoria, através de consultas e votações.

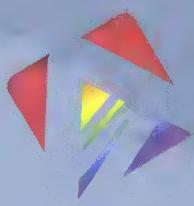
Empenhada na atualização do **cadastro**** de todos os sócios, a entidade solicita aos professores que atualizem seus dados através do site www.adufrgs.org.br ou pelo telefone 51- 3228-1188.

Aqueles que optarem por utilizar o site, devem entrar em **área de associado**, digitar o CPF e a senha, e depois clicar em **atualização cadastral**.

**Estes dados serão utilizados exclusivamente pela Adufrgs-Sindical.*

***Se você já realizou sua atualização cadastral, desconsidere este aviso.*





ADufrgs
sindical

